UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A agenda feminista na pauta do portal G1 nas eleições de 2014 e 2018: Uma análise a partir dos estudos de gênero

Aressa Joel Muniz
Prof. Dra. Larissa Pelúcio

Bauru, 2019

ARESSA JOEL MUNIZ

A agenda feminista na pauta do portal G1 nas eleições de 2014 e 2018

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Gradução em Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), como requisito para obtenção do grau de bacharel em jornalismo.

Orientadora: Larissa Pelúcio

Bauru, 2019
ARESSA JOEL MUNIZ

A AGENDA FEMINISTA NA PAUTA DO PORTAL DE NOTÍCIAS G1 NAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Gradução em Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), como requisito para obtenção do grau de bacharel em jornalismo.

Orientador: Larissa Pelúcio

Data da defesa/entrega: 19/06/2019

Membros componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Larissa Pelúcio
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Membro Titular: Maria Cristina Gobbi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Membro Titular: Érika de Moraes
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
UNESP – Campus de Bauru

Dedico esse trabalho ao meu pai, José Francisco Muniz e à minha mãe, Gislaine Cristina Joel Muniz que sempre acreditaram em mim e se esforçaram pela minha educação.

AGRADECIMENTOS

Sempre dizem que a graduação é a melhor época das nossas vidas. Isso porque, depois dessa etapa, você deveria estar pronto para começar uma nova jornada com o pé direito, carregando bagagens e conhecimentos que te fazem encarar a vida de outra forma. E essa entrada do jeito certo no mundo não seria possível sem o apoio de diversas pessoas.

Começo citando meus pais, Gislaine Cristina Joel Muniz e José Francisco Muniz que muitas vezes se sacrificaram para que eu pudesse estar aqui hoje apresentando esse trabalho, mas que nunca deixaram de acreditar em mim. Agradeço também à minha irmã por me aguentar em todos os meus momentos de dúvidas e incertezas, sempre me oferecendo conforto e muitas risadas. Agradeço à minha avó materna, Josefa Miguel Joel, por toda a paciência que teve e por estar sempre por perto. Agradeço também ao meu namorado, Leonardo Guerino, por todos os momentos maravilhosos dentro e fora da graduação. Você foi, com certeza, um dos melhores presentes que a Unesp me deu.

Por último, cito aqui minha orientadora, Larissa Pelúcio, que me auxiliou em um momento difícil, quando eu estava prestes a desistir da minha bolsa de iniciação científica. Também me auxiliou durante todos os demais projetos, sempre me direcionando palavras que me fizeram entender e me dedicar em dobro às minhas pesquisas. Foi um imenso prazer trabalhar e aprender com você.

Não posso dizer que estou pronta para essa nova etapa que se forma à minha frente, mas caminho com a certeza de que terei as pessoas certas ao meu lado.

"Homens e mulheres são, é claro, diferentes. Mas nem tão diferentes como o dia e a noite, a terra e o céu, yin e yang, a vida e a morte. De fato, desde o ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos entre si do que com qualquer outra coisa - por exemplo montanhas, cangurus ou coqueiros." Rubin Gayle

RESUMO

Desde os anos 60, com o chamado feminismo de segunda onda, os movimentos feministas vêm se atrelando ao ambiente político. Naquela época, as pautas históricas já estavam tomando forma: valorização do trabalho da mulher, direito ao prazer, direitos civis, o uso do anticoncepcional e contra a violência sexual. Já naquele período foi grande a ascensão da imprensa feminista que difundia as questões relativas às lutas feministas da época, uma vez que esses assuntos não tinham espaço na agenda do jornalismo dito tradicional. Chegamos ao século XXI, no Brasil, com o jornalismo convertido em um ambiente no qual é possível compreendermos as visões a respeito das pautas políticas feministas. Tal agenda se tornou evidente com a comparação dos dois últimos períodos eleitorais vividos pelo Brasil: as eleições de 2014, com o protagonismo de uma mulher à frente da disputa, e as eleições de 2018, com o protagonismo de um homem com pautas conservadoras. Esses dois ambientes alteram os discursos presentes no jornalismo, materializado aqui como o Portal G1 de notícias. Dessa forma, pretende-se a partir de uma pesquisa qualitativa e imersiva analisar o conteúdo do G1 identificando as postagens que trazem as temáticas feministas como tema, a fim de verificar a nossa hipótese de que o discurso jornalístico traz a tona elementos dos feminismos de forma superficial sem aproximá-los de forma clara às pautas políticas e à agenda política eleitoral. Para a análise dos dados nos valemos dos aportes dos estudos feministas e de gênero em sua vertente pós-estruturalista, uma vez que há grande ênfase na produção discursiva.

Palavras-chave: gênero, feminismos, política, eleições

ABSTRACT/ RESUMEN/ RÉSUMÉ

Since the 1960s, with the second wave feminism, feminist movements have been linked to the political environment. At that time, the historical agendas were already taking shape: valuing women's work, the right to pleasure, civil rights, the use of contraception and against sexual violence. Already in that period there was a great rise in the feminist press that spread the issues related to the feminist struggles of the time, since these issues had no place in the agenda of traditional journalism. We reached the 21st century in Brazil with journalism converted into an environment in which it is possible to understand the visions of feminist political agendas. This agenda became evident with the comparison of the last two electoral periods experienced by Brazil: the 2014 elections, with the protagonism of a woman at the head of the dispute, and the 2018 elections, with the protagonism of a man with conservative agendas. These two environments change the discourses present in journalism, materialized here as the G1 news portal. Thus, it is intended from a qualitative and immersive research to analyze the content of G1 identifying the posts that bring feminist themes as a theme, in order to verify our hypothesis that the journalistic discourse brings out the elements of feminisms superficially without bringing them clearly to the political agendas and the electoral political agenda. For the analysis of the data we make use of the contributions of feminist and gender studies in their post-structuralist aspect, since there is great emphasis on discursive production.

Keywords/ Palabras-claves / Mots-clés: gender, feminism, politics, elections

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Divisão por assunto das postagens de 2018	91
Imagem 2	Divisão por assunto das postagens de 2014	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mapeamento discursivo Eleições 2014	69
Tabela 2	Mapeamento discursivo Eleições 2018	78

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	**11**
2. FEMINISMOS	**18**
2.1. Feminismos no Brasil: Breve história	**20**
2.2. Pautas feministas no contexto dos estudos de gênero	**23**
2.3. Feminismos e luta política	**37**
2.4. O jornalismo e as pautas políticas feministas	**39**
3. JORNALISMO E DISCURSO	**45**
3.1. Jornalismo na internet	**48**
3.2. Pautas feministas no jornalismo	**51**
4. O MÉTODO DE ANÁLISE	**56**
4.1. Feminismos, eleições e voto: o G1 e a politização do gênero	**64**
5. COLETA DE DADOS INICIAL E CATEGORIAS DE ANALISE	**65**
5.1. Análise das notícias do período das eleições de 2014	**68**
5.2. Análise das notícias do período das eleições de 2018	**78**
5.3. Reflexões finais, resultados parciais	**89**
REFERÊNCIAS	**94**

1.Introdução

As questões relacionadas ao gênero, principalmente em relação à desigualdade entre homens e mulheres, passaram- e ainda passam- por um processo de constante reconfiguração condicionado pelo fortalecimento da luta pelos direitos humanos e das minorias políticas.

Nesse sentido, se tornam necessários os estudos sobre as abordagens midiáticas, em um momento em que a sociedade passa por um processo de inflexão das lutas feministas (NASCIMENTO, 2018; BRITO, 2017; SANTINI, TERRA, ALMEIDA, 2016; OLIVEIRA, SILVA, 2016), que leva a ampliação das pautas históricas dos feminismos, como pode ser percebido nos avanços do feminismo negro brasileiro e suas peculiaridades ou mesmo do ciberfeminismo (BAÑÓN, 2013; BOIX, 2013; NATANSOHN, 2013; VIHMA, 2010; ZAFRA, 2014; FERREIRA, 2015). Por isso, dentro dos feminismos, as questões se ampliam. Nesse estudo, elas serão representadas pelas pautas feministas políticas e a busca por espaço e por direitos no contexto das eleições de 2018.

Em torno da temática, no entanto, se aglutinam diversos fatores que interferem nas demandas feministas, como as condições igualitárias de trabalho, a forma como mulheres ainda são vistas através de um olhar androcêntrico e, muitas vezes conservador. Esta perspectiva tende a obstaculizar o direito feminino à autonomia de seus corpos, além do baixo índice de ocupação em postos de chefia, a dupla jornada e remuneração inferiores a dos homens em relação ao mesmo tipo de atividade laboral.

No entanto, nesse cenário, o feminismo ganha visibilidade por meio das redes sociais digitais. Com o surgimento de coletivos e ativistas do feminismo, mais do que antes, pode-se enxergar o movimento feminista no cotidiano comunicacional das pessoas, por conta dessa atuação e militância feminista nas ruas e nas redes sociais, permitindo a discussão sobre as mulheres e seus papéis na sociedade.

Na internet, contexto do conteúdo de análise desse estudo, através das redes sociais, as minorias políticas podem encontrar espaço para apresentar pautas e gerar discussões a respeito de diversas causas e lutas. As grandes transformações tecnológicas ao longo da história da humanidade possibilitaram as mudanças nas relações sociais e estruturas de

trabalho. Segundo Márcia Veiga da Silva (2001), já no século XXI, a revolução digital e a conexão do mundo em redes de computadores transformaram também as relações comunicacionais. Nesse contexto, as tecnologias atuam como mecanismos que, historicamente, provocam mudanças na sociedade.

Além disso, essas tecnologias passam a se configurar como a principal fonte de troca de informações entre as pessoas. Dessa forma, desde a invenção dos tipos móveis de Gutenberg até o uso do telégrafo, do telefone, do rádio e da televisão os processos de comunicação permitiram novas configurações na capacidade de produzir, transmitir, armazenar, gerenciar e recuperar informação. O avanço tecnológico permitiu também melhorias na padronização de procedimentos e na habilidade de produzir e disseminar informações. Para além dessa troca de informações, a mudança na matriz de comunicação também produz novas formas de sociabilidade e altera a noção de presença, espaço e de lugar.

Influenciado por esse processo de evolução tecnológica, o jornalismo atravessa momentos de reconfiguração. A produção de notícias, a disseminação de informações, as práticas profissionais foram amplamente modificadas com a chegada da internet e a posterior efervescência das redes sociais.

O jornalismo, sendo um fenômeno social, cultural e político, ainda tem um papel importante nas discussões da sociedade, embora sua hegemonia esteja em questão. Do modo como está configurado, o jornalismo proporciona a mobilização de relações entre as pessoas, no que se refere à sua dimensão comum, além de ser um espaço de disputa de poder, controle e hegemonia pelos discursos e narrativas que circulam e se consolidam.

Com as redes sociais, outros espaços e possibilidades começaram a surgir. Para que o jornalismo tenha presença no local onde há a troca de informações entre as pessoas e onde há o desenvolvimento da vida social, muitos veículos de informação buscam repercutir o assunto que está em pauta nas redes sociais como uma forma de se incluir no debate. Nesse sentido, em muitos momentos, os jornalistas são pautados pelo que acontece nas redes sociais.

Como explica Appadurai (2004), os meios de comunicação eletrônicos mudaram decisivamente os meios de comunicação de massa tradicionais. Segundo o autor, esses meios foram os responsáveis por transformarem o campo da mediatização de massas, uma vez que oferecem novos discursos para a construção de "eus" imaginados e de mundos imaginados. A comunicação tem na tecnologia uma maneira de transformar seus modos e meios de produção, além de encontrar novas abordagens para assuntos que persistem desde outros momentos históricos.

Entendemos, aqui, a comunicação como um fato do nosso cotidiano, dotada de uma presença exaustiva na sociedade contemporânea, deixando marcas discursivas. É um processo social que permite a produção de sentidos, que materializam formas simbólicas; existiu desde sempre, mas é problematizada e complexificada na modernidade, com o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização (FRANÇA, 2001).

Nesse sentido, o jornalismo pode ser visto como um território uma vez que nele se estabelece um palco de disputas discursivas sobre as questões da sociedade, entre as quais a questão dos direitos das mulheres e, assim, muitas pautas históricas dos movimentos feministas. Dessa forma, os territórios são frutos de uma construção histórica, social e sempre vinculados a processos de apropriação e dominação de um espaço e de pessoas (SAQUET, 2015). Os territórios que compõem a comunicação são vistos, portanto, como instrumentos que os homens, comunidades e sociedade usam para tomar posse do mundo e realizar transformações (RAFFESTIN, 1993).

Nesse ponto de vista, os territórios da comunicação são compostos por uma série de elementos como as plataformas de circulação, as mensagens e códigos, a linguagem, discursos, normas e procedimentos e os meios e modos de produção usados em todo o processo comunicacional, que a todo tempo são disputados e apropriados. Tendo em vista as questões que permeiam esses territórios, pode-se compreender de forma mais objetiva as experiências que são produzidas nesses espaços.

Este trabalho tem como questão-problema verificar como os discursos das pautas feministas foram construídos no território discursivo do jornalismo, em especial do Jornal G1[1], no período das eleições presidenciais de 2018. Além disso, também busca entender como o jornalismo dá visibilidade a determinados discursos e como ele representa as pautas feministas enquanto elemento ativo da construção de pautas políticas. Para tanto, estará em questão a maneira como as pautas feministas foram abordadas em um site jornalístico de expressiva influência no Brasil e como se dão as disputas de poder nesse espaço legitimado na sociedade.

Segundo Alsina (2009), o jornalismo também se configura como um território de disputa de poder por seu caráter legitimador, por seu reconhecimento como enunciador autorizado na sociedade contemporânea, pois o que se diz a partir desse lugar tem valor de verdade. Ele se configura como uma atividade complexa, visto que é realizada no interior de uma instituição reconhecida socialmente.

Como explica Alsina (2009), há uma "face oculta" da produção da notícia para explicar essa complexidade. A mídia não mostra seu processo de produção (embutido de um jogo de poder) e se mostra para os receptores/consumidores do conteúdo como apenas transmissores de informação, no sentido mais puro, trazendo fatos imparciais e verdadeiros. No entanto, a construção da notícia pertence a uma realidade simbólica, pública e cotidiana. "Os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia" (ALSINA, 2009, p. 11).

O jornalismo, assim como outras mídias, apresenta-nos todos os dias um recorte da sociedade a partir de um discurso midiático elaborado sobre os diversos assuntos que pautam o cotidiano das pessoas: os problemas das cidades, os embates políticos, as histórias de pessoas que retratam fatos ordinários.

Mas é importante notar que a relação dos meios de comunicação com a sociedade passou por diversas mudanças ao longo da história. França e Guimarães (2006), discutem o modo como a

[1] Descrito posteriormente.

compreensão da relação dos participantes dos processos comunicacionais foi marcada por mudanças. Antes, era tratada como uma simples relação de emissão/recepção. Hoje, tratamos de interlocução, compreendendo os sujeitos inscritos em relações complexas que podem assumir diferentes configurações.

Outro ponto fundamental nessa pesquisa são as relações de poder. Historicamente, segundo Foucault (2002), embora afirma-se que o poder tem sustentação no Estado e no seu monopólio de institucionalização da violência, o autor evidencia outra natureza do poder, além daquela relacionada à instituições e organizações, que circula e está difundido em toda a sociedade, sendo estabelecido em todas as relações. Nesse sentido, não há, na sociedade, aqueles que têm o poder e aqueles que não têm o poder pois sua natureza está nas relações.

Além da presença das tecnologias no cotidiano da sociedade e como ela configura mudanças nas rotinas, é importante observar que o poder está implícito em todas as relações sociais. Nesse sentido, se existe uma relação estabelecida entre dois atores, há poder de um sobre o outro (RAFFESTIN, 1993). Dessa forma, podemos notar que nos discursos produzidos pela imprensa sempre irá existir relações de poder, caracterizadas pelo uso de símbolos que reforçam uma determinada visão ou estrutura social. “O poder se manifesta na ocasião das relações. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Nesse sentido, segundo Raffestin (1993), a natureza do poder seria então determinada por algumas características e elementos: ele não se adquire, é exercido; as relações de poder não estão em posição de exterioridade, mas são imanentes a ela; as relações de poder são intencionais e não subjetivas; onde há poder há resistência (RAFFESTIN, 1993).

Além das relações de poder, outro ponto fundamental deste trabalho é o discurso. Para se entender o discurso e como ele se configura no jornalismo, recorremos ao aporte teórico foucaultiano. Partimos da ideia de que em toda a sociedade a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada, redistribuída por alguns mecanismos que têm por objetivo dominar determinado acontecimento. O discurso não seria, portanto, responsável por manifestar ou ocultar desejos, mas o objeto do desejo, um fim em si mesmo. Foucault (2007)

não nos fornece métodos para analisar o discurso, mas aponta modos de como entendê-los, sejam hegemônicos ou de resistência.

Na sociedade há discursos que "são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer" (FOUCAULT, 1999, p.22). Isso acontece porque, segundo Foucault, discursos podem se tornar hegemônicos ou saírem de cena. Entre outras razões esse surgimento e esquecimento encontra, na contemporaneidade, forte contribuição do jornalismo. É assim que o jornalismo e as mídias em geral têm importante papel nessa dinâmica de funcionamento dos discursos.

Algumas outras características que Foucault (2007) determina para os discursos têm relação com suas alterações. As mudanças operadas nos discursos que circulam na sociedade não são constantes ou absolutas. Não há uma divisão determinada entre os discursos fundamentais e criadores, e os discursos que são repetidos. Muitos textos se confundem, desaparecem ou mudam de forma. O discurso nunca é fruto de um acaso; há uma ordem para que ele seja tal como é, que antecede a sua materialidade.

Nesta abordagem teórica, o discurso é visto como uma prática descontínua, que se cruza por vezes, mas também se ignora ou se excluiu. Ele é definido como uma dispersão, formado por elementos que não são ligados por nenhum princípio de unidade, por esse motivo não é possível, ao analisar o discurso, identificar um único aspecto que o forma e tirar dali a sua intencionalidade pura. A análise do discurso teria a missão de descrever a dispersão, buscando regras capazes de determinar os elementos que compõem o discurso. O discurso é, sobretudo, o espaço em que poder e saber se articulam, porque quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente (BRANDÃO, 2004).

Dessa forma, pode-se definir a informação como a transmissão de um saber, com o suporte de alguma linguagem, seja ela verbal ou não verbal, por alguém que o conhece para alguém que o desconhece. Segundo Charaudeau (2015), é a transformação de um estado de ignorância para um estado de saber. O discurso enquanto um ato de linguagem tem papel central nessa transmissão.

Informar, sob a perspectiva teórica de Charaudeau, é enunciar. A enunciação não existe fora da linguagem, nem mesmo em uma exterioridade humana; e depende do campo de conhecimento em que está inserida, do dispositivo onde aparece e da situação em que acontece.

Por se tratar de um trabalho onde está em foco a representação das pautas históricas do feminismo e como as novas demandas associadas aos feminismo foram tratadas pela mídia, iremos retomar a luta das mulheres por reconehcimento e pelo poder de enunciação a partir do Brasil, iniciando no século XIX, escolha que se deve à relação das demandas locai com as internacionais, sinalizando que houve um papel importante dos meios de comunicação que fizeram com que essas ideais, iniciadas nos países de capitalismo central, chegassem aqui.

Segundo Hahner (1981), os movimentos que lutavam pelos direitos das mulheres no Brasil começaram na segunda metade do século XIX, quando um grupo feminista considerado pioneiro no país proclamou insatisfação com os papéis de gênero estabelecidos na sociedade, atribuídos a homens e mulheres. Nessa época, como ainda hoje, existiam grupos de homens que se assumiam contrários à obtenção de direitos iguais para as mulheres e por isso desqualificavam o movimento. Percebemos a partir desses relatos que o início da história do feminismo no Brasil foi marcado pela luta das mulheres por igualdade de direitos em relação aos homens. A primeira movimentação, em meados de 1890, foi pelo sufrágio feminino. Dessa forma, percebe-se, no Brasil, um movimento caracterizado desde o início pela luta política.

Rangel (2011) esclarece que, ao contrário de muitos países ocidentais, o feminismo brasileiro nasceu na imprensa, época em que foi considerada como único instrumento capaz de divulgar o pensamento das feministas do século XIX. Com o tempo, as bandeiras e estratégias de lutas das mulheres se modificaram.

Hoje em dia, a frequente produção de conteúdos por parte das ativistas feministas nas redes sociais na internet modificaram as pautas e fizeram com que o tema ganhasse visibilidade no Brasil e no mundo, crescendo junto com as lutas por outras identidades e singularidades. Deve-se considerar também que as redes sociais digitais provocaram mudanças sociais,

potencializaram algumas vozes e proporcionaram um campo de expressão a outras que historicamente estavam silenciadas. Mulheres de diferentes gerações, classes sociais, raças e regiões do Brasil têm se valido das redes para se informar, fazer denúncias, aderir a campanhas.

Se faz necessário nesse contexto a compreensão dos discursos presentes no jornalismo como objetos simbólicos que produzem sentidos, observando-se os modos de construção, estruturação e de circulação que compõem os significados dos textos. Dessa forma, percebe-se melhor o papel da imprensa na formação de sujeitos e na construção da memória a ser partilhada no futuro. Portanto, é a partir dos vestígios deixados pelos autores do discurso que podemos ir mais longe para identificar o processo discursivo e sua força na constituição de comportamentos e de relações.

As pesquisas dedicadas a analisar os discursos presentes no jornalismo permitem que o tema seja levado adiante em novas investigações e percepções sobre as abordagens jornalísticas. Entender esse processo torna-se importante para identificar de forma mais objetiva como as ideologias influenciam na produção das notícias, na percepção do público e na construção da sociedade. Ou seja, como o jornalismo desempenha seu papel de formador de opiniões e conceitos. Além disso, faz-se necessário compreender que o contexto da produção de comunicação está imerso em um ambiente onde as relações são construídas historicamente e há, sobretudo, uma preocupação em manter posições ideológicas dominantes.

Por fim, entendemos que esse trabalho nos dá pistas sobre como evoluir com as discussões sobre a análise do discurso, jornalismo e poder, além de indicar novos caminhos teóricos para ampliação desses estudos, além de lançar luzes sobre uma temática contemporânea que tem provocado grandes mudanças culturais e sociais: a politização das relações de gênero e a inflexão feminista no Brasil.

2. Feminismos

Para se entender as pautas políticas do feminismo, precisa-se primeiramente, situar o seu passado histórico. Segundo Hahner (1981), durante a maior parte da história das mulheres

compreendeu como um personagem ausente. Essa ausência, segundo a autora, pode ser explicada porque eram os homens que escreviam os registros, e que contavam a história. Eram eles, portanto, que atuavam como transmissores da cultura na sociedade e não julgavam importante o papel da mulher.

Há ainda, segundo Hahner (1981), a questão da dificuldade de se reconstruir o passado do ponto de vista das mulheres, uma vez que elas se encontram em diferentes classes e camadas sociais. “Devemos recusar a aplicação, à mulher, de critérios explicitamente masculinos, pois, quando se empregam tais critérios no exame do passado, a mulher desaparece em grande parte da história” (HAHNER, 1981, p. 16).

Diferente de outras minorias políticas que foram esquecidas pela história e que ficaram sempre à margem da sociedade, as mulheres encontram-se distribuídas em todos os grupos e classes sociais e, muitas vezes, colaborando para a manutenção de diversas estruturas de poder pelo mundo.

O feminismo vem à tona então, como ferramenta para discutir e conquistar a emancipação feminina e dar espaço à mulher nos diversos aspectos da sociedade: políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, além de falar sobre direitos iguais, o feminismo se relaciona com a forma como a mulher é percebida e qual a sua posição dentro da sociedade. “O objetivo do feminismo é uma sociedade sem hierarquia de gênero, uma sociedade na qual o gênero não seja utilizado para conceder privilégios ou legitimar opressão” (ALVES e PITANGUY, 1982, p. 9).

Na contemporaneidade, não há uma definição única para o movimento feminista, uma vez que se trata de um movimento complexo, diversificado, com diversas origens, construído no dia-a-dia e que não possui um único objetivo determinado previamente. Ele pode ser caracterizado como um processo de transformação, com contradições, avanços e recuos. Por tudo isso, não se pode dizer que existe apenas um feminismo e sim “feminismos”, uma vez que são muitas vertentes desse movimento.

Segundo ALVES e PITANGUY (1982), o feminismo é marcado por uma organização descentralizada, que recusa um direcionamento único imposto a todas as mulheres. Dessa forma, ele possui como característica a auto-organização das mulheres em múltiplas frentes. Nesse sentido, "os pontos de vista e as iniciativas são válidos não porque se originem de uma ordenação central, detentora de um monopólio da verdade, mas porque são fruto da prática, do conhecimento e da experiência específica e comum das mulheres" (ALVES e PITANGUY, 1982, p. 9).

É importante notar que as frentes de lutas do feminismo mudam em razão do momento histórico e das condições econômicas, culturais e sociais do local onde se desenvolveram. Essa diversidade de fatores resulta em um movimento com múltiplas vertentes e formas de organização.

2.1. Feminismos no Brasil: uma breve história

Como já dito anteriormente, o feminismo no Brasil começou no século XIX, quando um grupo de mulheres, considerado pioneiro no país, expressou sua insatisfação com os papéis de gênero que estavam sendo atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Segundo Hahner (1981), já nessa época havia uma resistência, de grupos de homens que se colocavam contra essas mulheres que lutavam, na maioria das vezes, para obtenção de direitos iguais.

Já nessa época esses grupos contrários desqualificavam o movimento de luta feminista. Dessa forma, pode-se dizer que o começo do movimento feminista no Brasil foi caracterizado inicialmente pela luta por igualdade de direito em relação aos homens, característica que se faz presente até os dias atuais.

Segundo Rangel (2011), no início da luta, a divulgação dos pensamentos das militantes ficou restrito à imprensa. Algumas mulheres conquistaram espaços na imprensa tradicional, como Nísia Floresta; enquanto outras escreviam em meios alternativos, fazendo uma imprensa independente e, assumindo elas mesmas a posição de editoras, redatoras e proprietárias dos próprios órgãos de imprensa.

Dessa forma, o feminismo brasileiro estava relacionado a um pequeno grupo de mulheres que assumiram o interesse de expressar as ideias feministas no país. Segundo Rangel (2011), essas vozes foram se erguendo de forma desordenada, autônoma e desalinhada. A imprensa foi um importante instrumento capaz de fazer a divulgação dos pensamentos de emancipação das mulheres. Antes desse período, a imprensa tradicional e a indústria literária não permitiam a publicação de artigos opinativos produzidos por mulheres. Somente depois que elas mesmas passaram a fundar suas próprias publicações é que foram ganhar espaço na mídia tradicional.

Para se entender melhor o percurso histórico do feminismo organizado, cada período foi dividido em "ondas". Esse termo foi cunhado por Marsha Lear, uma ativista feminista norte americana que escreveu um texto sobre o que ela considerava a segunda onda do feminismo em uma revista dentro do New York Times, em 1968.

A primeira onda do feminismo remete às feministas do início do século XIX, que lutavam pelo direito ao voto e pelo direito ao trabalho sem precisar da autorização do marido. No Brasil, nesse momento, as mulheres conquistaram direitos legais e coincidiu com parte do movimento sufragista, um aspecto específico de toda a agenda do movimento de emancipação feminina. No entanto, os movimentos das mulheres eram restritos a um grupo de mulheres letradas e cultas, que tinham tempo para o lazer, excluindo, então, as operárias, pobres, camponesas, negras e etc.

Nesse período, há o destaque de Nísia Floresta que dirigiu um colégio para mulheres no Rio de Janeiro e escreveu livros sobre a defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Duarte (1999) aponta que Nísia foi pioneira em romper com os padrões da época e publicar seus textos em grandes jornais no Brasil. Em "Direito das mulheres e injustiça dos homens" (1832), Nísia Floresta fala sobre a diferença de ser homem e mulher na sociedade brasileira do século XIX. Ela destaca o sentimento dos homens em relação às mulheres, buscando apontar as justificativas masculinas para a opressão que empregam sob as mulheres, sem deixar de defender o ponto de vista feminino.

A segunda onda compreende os anos de 1970, quando o Brasil passava por uma crise da democracia, sob a vigência de um governo ditatorial. Nesse momento, as mulheres atuaram no combate à ditadura militar, além de trazerem à tona pautas como a luta pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer, direitos civis, o uso do anticoncepcional e contra a violência sexual.

Além de denunciar a manipulação exercida sobre o corpo da mulher, a segunda onda tenta combater a violência contra a mulher, contra os espancamentos, estupros e assassinatos que as mulheres sofriam – e ainda sofrem. Estudo divulgado em novembro de 2018 pelo Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas mostra que a taxa de homicídios femininos global foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, segundo os dados divulgados pelo Monitor da Violência do G1[2], no ano de 2018, a taxa é de 4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial.

Além disso, a violência simbólica também foi denunciada, porque faz com que o feminino seja desvalorizado em detrimento do masculino. Na luta pela valorização do trabalho da mulher, destacavam-se as bandeiras de lutas por salários iguais, funções iguais e direitos iguais aos dos homens.

A terceira onda tem início no fim do século XX, nos anos de 1990, quando se tem espaço para questionar os paradigmas definidos pelo feminismo nas outras ondas. O feminismo começou então a ser desconstruído, a partir de críticas feitas inicialmente por Judith Butler (1998), que contribuíram para que uma mudança acontecesse. Para Butler (1998), a construção da categoria mulher[3], limitando o conceito e excluindo as mulheres trans, por exemplo, seria um dos problemas graves do feminismo, porque teria como resultado a regulação e exclusão social. Além de ter essencializado e biologizado a ideia de mulher, o que parece contraditório, uma vez que uma das grandes contribuições da teoria feminista é justamente

[2] Em março de 2018, o portal G1 lançou o Monitor da Violência, que acompanha os dados de crimes violentos no país – homicídios dolosos, quando há intenção de morte; latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Esse número consolidado mês a mês, o Índice Nacional de Homicídios, é gerado a partir de informações oficiais fornecidas pelos estados da Federação. A ferramenta é fruto da parceria entre o portal G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A ferramenta disponibiliza um mapa com as ocorrências de crimes violentos em todo o Brasil a partir de 2011.

[3] Explicado mais à frente.

mostrar que as opressões não são naturais ou baseadas na biologia, mas são sociais e políticas. Dessa forma, Butler defende que o gênero e o sexo são construídos culturalmente, diferente da visão feminista de que apenas o gênero seria um fator cultural, enquanto o sexo é biológico.

Para as participantes do feminismo de terceira onda, as pautas do feminismo discutidas até o momento eram excludentes, uma vez que as opressões afetam as mulheres de modos diferentes, dependendo de diversos fatores como a classe social, cultural, econômica ou étnica. Nesse sentido, enquanto as mulheres da elite desejavam acesso à educação e ao trabalho, as operárias lutavam contra o padrão moral da época, questionavam a imposição do casamento, a submissão da mulher e a luta pela redução da jornada de trabalho.

Dessa forma, as pautas feministas variaram entre o privado e o político de acordo com o contexto histórico, político e social em que estavam as lutas feministas. É importante destacar, no entanto, que no contexto das lutas brasileiras o feminismo sempre esteve relacionado com lutas políticas aportadas por uma estrutura midiática, como jornais independentes ou alternativos no passado ou blogs e redes sociais nos dias atuais.

2.2. Pautas feministas no contexto dos estudos de gênero

Durante sua jornada no campo acadêmico, o feminismo passou por modificações principalmente quanto à categoria de análise. Há, portanto, uma variação, dentro do período do feminismo enquanto campo acadêmico, entre a categoria "gênero", a categoria "mulher" e a categoria "patriarcado". Para Adriana Piscitelli (2002), o conceito de gênero vem se difundindo de forma mais ampla a partir da década de 1980. Esse conceito traz a tona um novo olhar sobre a realidade, relacionando as distinções do masculino e do feminino com as hierarquias presentes no meio social. É a partir do conceito de gênero que algumas autoras, como Anthony Giddens ou Arjun Appadurai consideram possível desestabilizar as tradições de pensamento, difundindo esse conceito na teoria social.

Segundo Piscitelli (2002), entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado

um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. No entanto, essa autora destaca a volta do uso da categoria “mulher” a partir de novas formulações que não estariam relacionadas ao “fundacionalismo biológico”.

Traçaremos, nesse tópico um breve percurso pelo pensamento feminista desenvolvido a partir de finais da década de 1960, prestando atenção aos seus pressupostos e aos principais conceitos por ele desenvolvidos.

Segundo Piscitelli (2002), no século XIX, a idéia de "direitos iguais à cidadania", na busca da igualdade entre os sexos, deu origem à uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Já nas décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das desigualdades em termos formais ou legais, como a conquista do direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação.

Dentro desse movimento era formulada uma pergunta, decorrente da idéia de "direitos iguais", que será central no pensamento feminista após a década de 1960: se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?

Segundo Nicholson (2000), o feminismo precisaria abandonar o fundacionalismo biológico junto com o determinismo biológico. Nicholson defendia que população humana difere, dentro de si mesma, não apenas em termos de expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; pois existem também diferenças nos modos como entendemos o corpo. Consequentemente, precisa-se entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao "gènere (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo.

Dessa forma, de um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. [...] De outro lado, “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as

construções que separam corpos “femininos” de corpos “masculinos”. (NICHOLSON, 2000 p.9)

É importante ressaltar, como já foi dito anteriormente, que o pensamento feminista, enquanto expressão de ideias que resultam da união entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, não constitui um todo unificado. No entanto, apesar das divergências entre os pensamentos feministas, eles compartilham algumas ideias centrais em comum: consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados aos dos homens. A subordinação feminina, apesar de variar em função da época e do lugar, é universal no sentido de que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos conhecidos.

As correntes do pensamento feminista admitem a existência de uma subordinação feminina e questionam o caráter natural dessa subordinação. Essas correntes sustentam que a causa da subordinação é a maneira como se pedagogiza homens e mulheres para o reconhecimento dos gêneros. Nas palavras de Guacira Lopes Louro (2008, p. 17)

> Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado. Na contemporaneidade, essas instâncias multiplicaram-se e seus ditames são, muitas vezes, distintos. Nesse embate cultural, torna-se necessário observar os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade e a posição da diferença, e os significados que lhes são atribuídos.

O pensamento feminista é composto de várias correntes que têm diferenças principalmentes quanto a dois pontos: nas percepções sobre as causas das opressões contra as mulheres e na forma de se combater esse problema. Dessa forma, é interessante prestar atenção às correntes do pensamento feminista que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Inglaterra, a partir de finais da década de 1960 que compartilham vários pressupostos.

Uma dessas vertentes, a do feminismo socialista, tem uma postura muito clara quanto às causas da opressão das mulheres. Baseada na argumentação de Engels (no livro As Origens da Família, A Propriedade Privada e o Estado), essa vertente se orienta pela ideia de que a divisão do trabalho baseada no sexo gerou desigualdade ou opressão apenas no momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. O grande problema, nesse

caso, não é a reprodução, mas o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada.

Outras vertentes do feminismo socialista, no entanto, criticam essas premissas, ao mostrar que as hierarquias de gênero persistem nos países socialistas onde aconteceu a transformação na organização social que supostamente libertaria as mulheres. Dessa forma, as causas originais da opressão feminina são colocadas, portanto, na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes.

Já no feminismo radical as origens da subordinação feminina estão localizadas no processo reprodutivo. Os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são os fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. Nesse caso, o papel das mulheres no processo reprodutivo as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens.

Dessa forma, o objetivo do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual. Isso seria possível transformando o mecanismo da reprodução, onde a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial.

Segundo Piscitelli (2002), o corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente, mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.

O uso da categoria "mulher" tem origens na idéia do feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres. Dessa forma, as feministas radicais destacaram a conexão entre mulheres através do tempo e das culturas, considerando o corpo feminino como uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal.

E, segundo Piscitelli (2002), se a ênfase concedida aos aspectos biológicos colocava o feminismo num terreno potencialmente essencialista, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu num alargamento dos significados do político.

Para compreender esse alargamento, é necessário levar em conta o contexto no qual se desenvolviam essas discussões. As feministas contestava concepções presentes nos pensamentos influenciados pelo marxismo, que diziam que a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva.

As feministas em questão consideraram esse tipo de definição pouco apropriada para o feminismo, pois, nesses termos, mulheres tais como as brancas de classe média não seriam consideradas "oprimidas". A opressão, dessa forma, deveria incluir tudo o que as mulheres "experienciassem" como opressivo, validando as teorias subjetivas da opressão contra as "objetivas".

As inúmeras pautas que o movimento de liberação das mulheres definiam não podiam, muitas vezes, serem enquadradas nas instituições tradicionalmente coercitivas como o capitalismo ou o Estado. "Isto é interessante porque, ao definir o político de tal maneira que acomodasse as novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política." (Piscitelli, 2002, p.5). A política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública.

A ideia "o pessoal é político" foi colocada em prática para mapear um sistema de dominação que atuava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher. Esses relacionamentos eram considerado políticos, no sentido de que o político é essencialmente definido como poder.

Piscitelli (2002), afirma que essa mudança na definição de poder teve uma influência grande no feminismo, tanto na prática quanto na teoria. Na prática política, as feministas procuraram

desvendar a diversidade de relações de poder presentes nos aspectos da vida social, levando à ação nas mais diversas esferas do cotidiano. Na teoria, elas trabalharam com uma idéia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política.

Nesse contexto, onde os homens universalmente oprimem as mulheres, as feministas radicais defendiam que a dominação masculina excluíra as mulheres da história, da política, da teoria, e das explicações prevalecentes da realidade. Esses argumentos tiveram conseqüências na produção científica. As teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas -- história, antropologia, ciência política, etc -- tivessem considerado relevante considerar o 'ponto de vista feminino'.

A movimentação acadêmica provocada pelos interesses feministas deu lugar ao acúmulo de um corpo de dados sobre "a situação da mulher". Assim, se constituíram e consolidaram os estudos da mulher nas mais diversas disciplinas -- a antropologia da mulher, a história das mulheres, etc.

Nesse momento, o desenvolvimento das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo levaram também à contestação de vários dos conceitos e categorias com os quais o pensamento feminista estava operando. Um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do patriarcado como categoria de análise. Mesmo o conceito de patriarcado sendo útil como ferramenta de mobilização política, ele colocou entraves no que se refere à apreensão da historicidade da condição feminina.

Por conta disso, o conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem analisados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina.

Dessa forma, o conceito trouxe problemas em termos de metodologia, “ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres” (PISCITELLI, 2002, p. 7). O patriarcado, assim como outras

explicações sobre as causas da subordinação feminina, operam a partir do objetivo de mostrar que a subordinação da mulher não é natural e sim passível de mudança.

A formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. Isto fica claro quando prestamos atenção à publicação do ensaio que marcou o pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher.

Nessa época, o termo gênero já era utilizado, mas foi Gayle Rubin (em seu ensaio O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo, de 1975) que conceitualizou o termo de forma que ele se difundisse com mais força e mais rapidez. Para essa autora, o sistema sexo/gênero era o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas.

Dessa forma, Rubin focou nas relações sociais que convertem "fêmeas" em "mulheres". Para ela, o conceito de sistema de sexo/ gênero é a forma como a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana. A autora leva em conta os princípios fundamentais do parentesco[4] para explicar e situar a opressão das mulheres dentro dos sistemas sociais, o que a leva à percepção de certos aspectos das relações sociais de sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Dessa forma, Rubin percebe a necessidade de estudar cada sociedade para encontrar os mecanismos usados para fazer com que as convenções da sexualidade se produzam e se mantenham.

Nas ideias de Rubin a cultura se sobrepõe a natureza. Nesse sentido, a natureza apenas forneceria os "dados" que demonstrariam que a diferença sexual é cultural. Segundo a autora, a idéia de que "homens e mulheres diferem mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza... longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais".

[4] LÉVI-STRAUSS, Claude: A Família, origem e evolução. Editorial Villa Marta, Porto Alegre, 1980.

Utilizando da ideia dos sistemas de parentesco de Strauss, Rubin mostra que os sistemas sexo/gênero envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos. A partir do sexo biológico, haveria uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade.

No entanto, a formulação de Rubin de que gênero é um imperativo da cultura que opõe homens e mulheres por meio das relações de parentesco possui sua base, ainda, em ordens naturais. Essa autora pensa em termos de universais e trabalha com uma série de dualismos como sexo/gênero e natureza/cultura, que se tornarão alvo das críticas feministas posteriores.

Rubin trabalha em uma linha de autoras que procuram afastar-se de recortes parciais. Dessa forma, tem-se, por um lado, um grupo de autoras que buscam entender o todo e, por outro, um grupo de autoras que se limitam a uma determinada realidade. Rayna Reiter (1975), fala sobre a necessidade de novos estudos que focalizem as mulheres, mas que orientem para o estudo da humanidade. Reiter destaca que deve-se focar primeiramente nas mulheres para redefinir as questões importantes e reexaminar as teorias. Depois, armadas com essa consciência, pode-se investigar novas relações de gênero nas mais diversas culturas.

Dessa forma, a ênfase na relevância de compreender o "todo" marcam a linha de pensamento onde foi criado o conceito de gênero. Em um segundo deslocamento, o sistema gênero/sexo foi associado à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder. Dessa forma, o conceito de gênero é oferecido como uma categoria de análise alternativa ao patriarcado.

Piscitelli (2002) explica que se, por um lado, o patriarcado coloca a dominação masculina como causa da opressão feminina, o gênero se coloca como categoria neutra, onde a opressão seria o produto de relações sociais específicas. Dessa forma, o que pode estar em questão pode ser, por exemplo, a divisão sexual do trabalho ou então situações onde há o controle concreto do homem sob a mulher. O que está em questão, no entanto é que ideias vagas e pouco precisas que levem em conta apenas a dominância masculina não permitem descobrir aspectos básicos sobre as relações entre os sexos.

A questão em torno desses deslocamentos é mostrar que o gênero começa a ser desenvolvido como uma alternativa ao patriarcado. A formulação do conceito está relacionada com a necessidade de associação da preocupação política com uma compreensão de como o gênero opera em todas as sociedades, o que leva a uma noção mais complexa de poder. Dessa forma, segundo Piscitelli (2002), as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres.

Segundo Judith Shapiro (1981), os termos sexo e gênero são úteis para a análise uma vez que contrastam um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. A autora utiliza o termo "sexo" apenas para falar da diferença biológica entre macho e fêmea, e "gênero" quando se refere às construções sociais, culturais, psicológicas que se impõem sobre essas diferenças biológicas.

Segundo Piscitelli (2002), as autoras que discutem o conceito de gênero atualmente variam em diversas linhas de pensamento. Algumas buscam realizar uma crítica a várias ideias associadas à distinção sexo/gênero, buscando formas de substituir esses termos sem abandonar os princípios que estão associados a uma noção de gênero. Outras buscam categorias alternativas e pensam gênero como inseparável de uma distinção binária. Essa constante re-elaboração teórica em torno do conceito de gênero está associado a uma re-elaboração dos pressupostos teóricos e políticos feministas.

Segundo Donna Haraway (1991), os conceitos de gênero remeteriam, necessariamente, a uma diferenciação com o sexo na qual nem o sexo, nem cada membro que compõe a distinção seriam historicizados e relativizados. Haraway explica que, na insistência no caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza deixaram de ser historicizadas. Com isso, ficaram imutáveis ideias relacionadas com identidades essenciais como “homens” e “mulheres”. O problema, para Haraway, reside no gênero como identidade global e central.

Para Piscitelli (2002), esses deslocamentos nos referenciais teóricos demonstram uma distanciação dos pressupostos presentes nas primeiras formulações do conceito de gênero.

Deslocamentos que coincidem com as reivindicações quanto à diferenças internas ao movimento, formuladas por mulheres negras, do "Terceiro Mundo" e lésbicas.

Algumas autoras compartilham de posicionamentos e questionamentos feitos aos modelos teóricos totalizantes. Elas contestam a validade das ideias que buscam analisar e explicar as mudanças históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de estruturas e instituições. Questionam abordagens que buscam compreender as diferenças tendo em vista um Outro. Buscam uma noção pulverizada de poder, valorizando a linguagem e o discurso como práticas que produzem e constituem as instituições e os próprios homens enquanto sujeitos históricos e culturais e compreendem a produção de saber e significação como ato de poder.

Segundo Judith Butler (2003), o gênero não deveria ser pensado como uma simples inscrição cultural de significado de um sexo que é considerado como "dado". Para essa autora, gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo e cultural pelo qual o sexo "natural" são produzidos. Butler questiona os conceitos que mostram as identidades como fixas, desafiando o caráter imutável do sexo e propondo uma pesquisa que demonstre como diversos discursos científicos produziram dualidades (gênero/sexo; homem/mulher) discursivamente.

Butler ressalta que é necessário reformular "gênero", de forma que consiga incluir as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo. Dessa forma, a produção disciplinar do gênero produziria estabilizações falsas para os interesses da construção heterossexual e a regulação da sociedade no domínio reprodutivo. A autora parte do reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas identidades constituídas discursivamente -raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc.- por isso torna-se impossível separar "gênero" das intersecções políticas e culturais nas quais ele é produzido e sustentado.

Segundo Piscitelli (2002) Butler faz parte de uma discussão que engloba várias autoras que buscam eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira não identitária. Esse grupo de autoras rejeita os pressupostos universalistas na diferenciação entre sexo/gênero. Além disso, buscam analisar criticamente os procedimentos onde gênero atua como um fixador de identidades, buscando determinar as

configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos. Dessa forma, as autoras pretendem contrapor uma série de ideias: a fluidez do gênero à fixidez ancorada em bases biológicas; a noção de múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira difusa à ideia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre múltiplas diferenças e desigualdades ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher.

Essa quantidade de referenciais teóricos que buscam entender a relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças contribuíram para a abertura de linhas de pesquisa que não estão centradas nas mulheres. Esse afastamento da mulher contribuiu para mostrar a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista. Esse acontecimento mostra questionamentos à "despolitização" da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política. Nesse contexto, algumas autoras propõe uma nova utilização da categoria "mulher".

Varikas (1993 apud Piscitelli 2002), ressalta que as noções e os pressupostos em torno do feminismo referem-se a uma filosofia "moderna" da história, centrada na ideia de emancipação como resultado de uma marcha progressiva do progresso e da razão. Dessa forma, pode-se perceber uma incongruência entre os pressupostos das formulações contemporâneas de gênero e o feminismo. Varikas destaca os pressupostos que incluem o feminismo, como a percepção da realidade como uma estrutura que a razão tem condições de descobrir através de pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado; a conceitualização homogeneizante da categoria mulheres; a visão de uma temporalidade linear e a pretensão de um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas.

Segundo Piscitelli (2002), os questionamentos feitos em relação às pesquisas feministas desconstrutivistas[5] levam em conta que a radical procura por desessencialização desestabiliza

[5] O movimento da desconstrução, representado sobretudo pelo filósofo francês Jacques Derrida, é apenas uma das diversas tendências do pensamento crítico do chamado pós-estruturalismo, dentre as quais se contam também as formulações de Michel Foucault. A contribuição da teoria pós-estruturalista ao feminismo é uma matéria de constantes debates entre as feministas, com acordos e desacordos. Entre as autoras utilizadas neste trabalho é comum o reconhecimento da

o conceito/categoria "mulher", considerado ponto de partida para a teoria e política feministas.

Tanto teoria quanto prática feminista se mostram coerentes com uma perspectiva que mostra a cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (patriarcado), têm suas raízes num conceito (mulher) que precisa desessencializar em todos os aspectos. No entanto, a desconstrução, ao não oferecer alternativas "positivas", dificultaria a articulação entre teoria e um movimento político. Piscitelli (2002) afirma que diversas feministas, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, no presente, sentem-se apenas ativistas. Na atualidade, dizem que as perspectivas teóricas lhes resultam "pouco úteis", inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia.

O interesse dessas militantes estão relacionados com uma teoria feminista que informasse as práticas feministas, ajudando a gerar e sustentar o movimento das mulheres. Poderia fazer isso, por exemplo, oferecendo meios para reconhecer as diferenças e, ao mesmo tempo, formando uma nova base para a solidariedade entre as mulheres.

O gênero como categoria mulher proposto na atualidade difere daquele apresentado na década de 1970. Segundo Linda Nicholson (2000), a nova formulação de mulher não possui um sentido definido. Para ela, o sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas.

No entanto, é importante ressaltar que essa re-criação da categoria mulher é política. Essa nova categoria levaria ao reconhecimento das diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política que, de acordo com Nicholson, não exige um sentido definido para o termo mulher.

importância dessa teoria para a crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista.

Cláudia de Lima Costa (1998), é uma das autoras que propõe essa utilização no contexto brasileiro e afirma que o retorno da categoria mulher implica em uma categoria política. Já o uso da categoria gênero implica, muitas vezes, em conceitos de masculinidades. Para ela, essa re-criação trata-se também da possibilidade de teorizar com mais facilidade as complexas e fluidas relações e tecnologias do poder.

Segundo Chantal Mouffe (1992), essa re-elaboração deveria ser vista não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria "mulher" é construída numa maneira que implica subordinação. E, segundo a autora, isso significa que esses objetivos podem ser construídos de maneiras diferentes, mediante muitos e diversos feminismos.

Dessa forma, Piscitelli (2002), indaga se o ativismo seria mais "avançado" do que a teoria feminista. Nessa imbricação entre teoria social e interesses feministas, foi desenvolvido e reformulado o conceito de gênero que, ao não encaixar-se em certos critérios de "utilidade" política, parece ser abandonado pelo pensamento feminista.

Dessa forma, há uma problemática quanto a essas novas elaborações de gênero no campo da prática política feminista. As contribuições pós-estruturalistas caminham cada vez mais para a problematização da identificação de um sujeito feminista estável, necessário ao movimento e à representação política, alcançando então visibilidade e legitimidade à categoria que representa. Entretanto, como definir a essência dessa categoria, em diferentes culturas, contextos e épocas históricas, sem se deixar levar pelo determinismo das feministas radicais, que apostam na semelhança anatômica que compartilham - e ao mesmo tempo considerar os diferentes marcadores da diferença que se constituem nos mesmos processos culturais que gênero?

No capítulo primeiro de *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2003), Judith Butler empreende a genealogia do sujeito mulher, bem como a revisão ontológica das estruturas de poder em que esta se forma e legitima. Apoiando-se na noção foucaultiana dos sistemas jurídicos de poder, os quais "produzem os sujeitos que subsequentemente passam a

representar" (1978), através de práticas de exclusão "invisíveis" após a consolidação do sistema, a autora salienta que, de maneira similar, o sujeito político do feminismo se revelaria também "discursivamente construído", à medida em que a própria definição de sujeito seria produzida pelos discursos reguladores. Dessa forma, a busca pela representação política num sistema em que este termo operacional em si também pode referir-se à "função normativa da linguagem" a qual define (ou deturpa) os limites do que pode ou não ser mulher, mesmo que em prol de uma emancipação dessa categoria, estaria "inelutavelmente fadado ao fracasso" (p. 19).

Nesse sentido, Butler defende uma crítica radical quanto a construção ontológica de identidade, "engendradas, naturalizadas e imobilizadas" pela mesma estrutura de poder pela qual buscam autonomia. Além disso, esse exame extremista caminharia para a libertação da teoria feminista da necessidade de estabelecer uma "base única e permanente" (p. 23) para todas as mulheres.

Esses apontamentos entram em concordância com um problema mais abrangente dos estudos feminista: a ressignificação dos estudos de gênero. Butler relaciona este conceito com os movimentos políticos que regulam a formação discursiva compositora dos sujeitos. Para a autora, mais do que pré-requisito para se alcançar a representatividade política, a necessidade de estabelecer um sujeito regular e perpétuo (ou, nas palavras de Butler, "coerente e estável") seria uma regulação inconsciente das relações de gênero.

Além disso, a descontinuidade histórica entre um gênero socialmente construído e um sexo previamente dado começava a se fazer evidente, mediante à contestação e a historicização também do conceito de sexo e de sua natureza dual. Dessa forma, Butler indaga: "teria o sexo uma história?", uma "genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?" (p. 25). A investigação dessas respostas conduz à constatação de que, se ambos são culturalmente construídos, "a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma".

Tendo em vista as problemáticas que invalidariam o conceito de gênero, Judith Butler indica a possibilidade de intentar uma nova política feminista, cuja construção da identidade seja,

metodológica e normativamente, variável. Contrárias à essas noções do senso comum, onde encontramos a tendência a associar comportamentos apreendidos como determinantes biológicos, enfatizamos aqui que há muitas formas de ser mulher, independentes da maneira como lemos os corpos e seus atributos socioculturais. Englobamos mulheres diversas, no sentido de seccionadas por todas as manifestações da diferença, seja na orientação de gênero, sexual e/ou racial.

No entanto, para fins de pesquisa e análise, trataremos exclusivamente de mulheres cisgêneras, a saber, mulheres cujo gênero clamado entra em acordo com o sexo designado ao nascimento, ponderando a diferença sexual "como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo", sendo que "esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos" (Scott, 1988, p. 2). Essa escolha, além de enquadrar-se na delimitação apresentada pelo material examinado, onde se leva em conta as pautas históricas feministas (feminicídio, aborto e feminismo) tem relação justamente com esse engessamento do que seria "próprio da mulher", inviabilizando muitas marcas sociais que não se resumem ao gênero.

2.3. Feminismos e luta política

Fica claro, depois de passarmos por explicações em relação às categorias de análises que envolvem o feminismo enquanto campo acadêmico e político, que o gênero faz parte da estrutura que organiza as experiências sociais dos indivíduos. No entanto, isso não ocorre de forma isolada, mas em relação a outros marcadores sociais da diferença como raça e classe. Dessa forma, essa determinação das posições dos indivíduos na sociedade dificulta uma convergência completa na compreensão sobre as raízes das desigualdades.

Segundo Luiz Felipe Miguel e Flávia Birolli (2014), vivemos em um momento histórico de ampliação em relação aos direitos das mulheres: aumento da participação das mulheres em diversas esferas sociais como, ocupando altos cargos profissionais ou de representatividade política de destaque (como a própria presidência da República), ao mesmo tempo em que é crescente a violência contra a mulher.

Dessa forma, mesmo a questão do acesso à representatividade política e o acesso à esfera pública sendo a principal agenda feminista desde seu surgimento (protagonizada pelas sufragistas estadunidenses no início do século XX), os direitos democráticos não são realidade para todas as mulheres. Segundo Miguel e Birolli (2014), mesmo se passando mais de 80 anos, ainda o que vemos é a sub-representação feminina tanto de forma quantitativa quanto qualitativa das representantes eleitas.

Percebendo esses movimentos contraditórios, há necessidade de problematizar questões envolvendo a teoria política e a militância feminista, como a relação entre o público e o privado, a vinculação entre a estrutura familiar e a justiça social, igualdade e diferença, identidade e representação política.

A questão do aborto ilustra muito bem essas problematizações uma vez que ela escancara a relação tênue entre o público e o privado, demonstrando o quanto uma escolha profundamente pessoal é ao mesmo tempo política. A questão se relaciona também ao papel do Estado, já que as mortes por complicações causadas pelo aborto têm um recorte de classe, pois para um setor da sociedade o aborto é "legalizado" pelo acesso a clínicas com boas estruturas a partir de pagamentos de quantias não acessíveis às mulheres pobres (o que não o torna uma prática legal). Assim como em relação ao aborto, também sobre a questão regulamentação da prostituição e da difusão da pornografia não existem consensos entre as feministas, verificando posicionamentos desde conservadores e moralistas até extremamente libertários.

Dessa forma, segundo Miguel e Birolli (2014), não há um consenso dentro do feminismo uma vez que tanto teoria como luta política demonstram divergências de onde residem as raízes da desigualdade de gênero e como enfrentá-las. Diante das várias vertentes teóricas e suas implicações políticas, abre-se espaço para a existência de feminismo de maior enfrentamento ou de maior acomodação à ordem vigente.

Esse movimento começa a ser percebido a partir dos anos 1980 onde se dá espaço a um discurso feminista em que as estruturas sociais são menos questionadas. Luta-se por mais mulheres na política, por mais mulheres chefiando empresas, mas não se questiona a

democracia burguesia e muito menos o capitalismo, chegando ao limite de reduzir o feminismo a quase um "estilo de vida".

Segundo Miguel e Birolli (2014), a redução do feminismo a "um estilo de vida", a "uma identidade préfabricada" a disposição para afirmação de modos de existência alternativos, também colabora para acomodar as bandeiras do feminismo ao estado atual. Com isso, ele perde seu potencial político de enfrentamento da opressão e da dominação. Como se o "sou feminista" significasse um ponto de chegada, o encontro de uma identidade que caracteriza sua portadora e da ela uma "tribo", um elemento de distinção – e não um ponto de partida, de engajamento na busca de uma mudança social profunda.

2.4. O jornalismo e as pautas políticas feministas

Quando se fala de pautas feministas dentro do jornalismo, deve-se entender, primeiramente, a produção dos conteúdos voltados às perspectivas políticas e teóricas dos feminismos. Considerando-se, ainda que nesse campo de trabalho, que teve início, majoritariamente, com uma luta composta por mulheres dentro do mercado de trabalho jornalístico, exclusivamente masculino as questões relativas às pautas feministas foram secundarizadas ou abordadas fora dos marcos políticos que o debate hoje trás. Segundo Ribeiro (1998), as empresas jornalísticas no Brasil eram pensadas e construídas como um ambiente só para homem. Não havia banheiro feminino e, por muitas vezes, o trabalho feminino se restringia ao de telefonista, faxineira ou servia para fazer café.

A situação das mulheres foi se modificando de forma lenta e gradual. Segundo Rocha (2005), as mulheres ocupavam 36% do quadro profissional do país e, em dez anos, esse número chegava a pouco mais de 40%. Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (contabilizando 6.131 funções jornalísticas ante as 5.640 ocupadas por homens), mostrando uma tendência de uma maioria feminina no mercado de trabalho jornalístico. Na luta por espaço em veículos da grande mídia, as mulheres atuavam de forma ativa em veículos da imprensa alternativa, buscando outros espaços onde suas idéias pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas.

A presença das mulheres no campo literário ganha certa notoriedade apenas no século XX, mas podemos rastrear uma série de atividades femininas ligadas a este campo no Brasil do século XIX. Segundo Muzart (2003), uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres neste período "partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto". Portanto, feminismo e representatividade nas esferas do jornalismo sempre andaram juntas.

A profissionalização das mulheres também era alvo de preconceitos. Em um artigo intitulado "O Eterno Feminino", publicado na Revista Ilustrada, em 1886, se diz que a esfera de ação profissional das mulheres deve ser ampliada, mas não muito. "E que a mulher não deve se intrometer em lutas políticas" (apud BUITONI, 1981: 18), mostrando a dimensão da luta dessas mulheres periodistas do século XIX.

Nesse sentido, Muzart (apud DUARTE, 2003) aponta que já havia, nessas mulheres de letras, um feminismo principiante independente do conteúdo: No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um sentimento de revolta. Nesse sentido, na origem, a escrita feminina, seja ela literária ou jornalística, no Brasil esteve ligada sempre a uma forma de luta feminista.

De acordo com Buitoni (1981), as representações da imprensa feminina brasileira do século XIX estavam articuladas em torno de dois pólos principais: um deles representados por revistas que valorizavam a mulher em sua imagem de mãe e esposa; e o outro mais voltado à conquista de direitos e focado na emancipação feminina.

As jornalistas mulheres norte-americanas, segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004), começaram a ocupar espaço na grande imprensa apenas nas últimas décadas do século XIX, quando os jornais passaram a depender de renda publicitária para a sobrevivência e utilizavam o conteúdo dito "feminino" com o objetivo de atrair a audiência feminina. Nesse sentido, tratava-se de uma participação bastante restrita pois além de estarem confinadas ao tipo de matéria que não era de interesse dos homens jornalistas, dos 12.308 empregados de 1880, apenas 288 eram mulheres.

Segundo as autoras, essas mulheres eram altamente educadas, brancas e de classe média em sua maioria. Normalmente, elas entravam no jornalismo ou por serem solteiras ou porque suas famílias passavam por algum percalço financeiro, muitas vezes ajudadas pelo fato de serem filhas ou esposas de homens jornalistas. As mulheres ainda ocuparam um status subordinado de gueto ao menos até a virada para o século XX e, em muitos aspectos, até mesmo além desse período. Normalmente, elas ficavam confinadas para as áreas marginais da notícia – moda, questões domésticas e fofocas sociais.

Mesmo quando uma mulher escrevia sobre política ou questões sociais, elas eram encorajadas a focalizar o que viria a ser chamado de um ângulo voltado ao 'interesse humano', ao demonstrar como os eventos afetavam as pessoas em sua vida cotidiana. O papel das primeiras jornalistas mulheres era provocar respostas emocionais nos leitores (CHAMBERS et alii, 2004).

No entanto, diversas mulheres lutaram pelo direito de discutir as questões políticas através do ingresso em veículos de imprensa alternativa. Em 1868, por exemplo, é lançado por Amelia Blommer e Elizabeth Staton o primeiro jornal explicitamente feminista dos Estados Unidos, chamado The Revolution. Em um dos editoriais, Staton afirma que "nós declaramos guerra até a morte à idéia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre".

No Brasil, a luta por espaço simbólico da mulher negra, embora também seja anterior a este período, ganha proeminência com a fundação da Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o seu jornal informativo A Voz da Raça. Embora existissem muitas associações anteriores a este período, havia um predomínio bastante acentuado de homens nos materiais publicados.

O crescimento da imprensa feminista acontece principalmente no período entre guerras, no século XX. Nesse momento, as reivindicações das mulheres estavam ligadas, principalmente, à busca pelos direitos trabalhistas e sufragistas. Segundo Perrot (1985), a ideia de que as mulheres tenham ocupado, ao longo da maior parte de sua história, um papel de seres

subordinados e dóceis não encontra sustentação material. Segundo a autora, as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos e, dessa forma, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder.

Dessa forma, a participação ativa das mulheres em veículos da imprensa alternativa são expressões materiais da resistência à opressão, e também uma evidência que posiciona a própria imprensa alternativa como um importante motor de mudanças na esfera simbólica e de apropriação da esfera pública.

Nesse cenário, no Brasil, destacam-se as publicações Nós, Mulheres e Brasil Mulher. Dois jornais nascidos em um ambiente de hostilidade da metade da década de 1970 com a censura oficial, por um lado, vetando publicações dirigidas às mulheres que atentavam contra os valores da família e o conservadorismo e, por outro, jornais alternativos e da grande mídia não acolhendo ou mesmo menosprezando a causa feminista. Segundo Teles e Leite (2013, p.58):

> Assim, as mulheres forjam o feminismo a partir de experiências práticas, pioneiras, mas principalmente audaciosas, dolorosas com a força suficiente para romper com as barreiras do preconceito e da discriminação sexual contra elas. Tanto o feminismo como sua imprensa emergem com compromissos históricos contra todas as formas de opressão e em defesa da igualdade e da justiça social.

Com o desenvolvimento da tecnologia, a internet adquiriu um papel decisivo no cotidiano das sociedades, passando a ocupar cada vez mais espaços na comunicação, interação e organização social e, assim, constituindo-se como o tecido das nossas vidas (Castells, 2001). A centralidade adquirida por esta transformou o modo como os indivíduos exercem as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo cada vez mais presente no espaço público a ideia de que vivemos em uma sociedade em rede.

Para Castells e Cardoso (2005), esse conceito corresponde a uma estrutura social favorecida pelas TICs, permitindo a geração, o processamento e a distribuição de informação a partir das agentes dessas redes. Nesse sentido, a informação e o conhecimento passam a constituir fontes de poder e elementos centrais na organização.

Tratando-se de uma estrutura dinâmica, a internet pode ser vista como plataformas para a difusão e ampliação das vozes, tendo sido instrumentos apropriados pelos movimentos sociais e ativistas e utilizados como "uma forma não apenas de atingir o debate não conseguido nos media tradicionais, mas um modo de realização da participação cívica" (Cardoso e Lamy, 2011:81). Esse novo espaço é então utilizado como um canal de denúncia e um local de atuação e de exercício de contrapoder, havendo uma quebra do monopólio de emissão da informação e inaugurando uma atuação no ciberespaço.

Na atualidade, uma característica comum dos grupos feministas é sua atuação no ambiente online. Com as redes sociais, muitos ativistas se reúnem para gerar grandes transformações e dar visibilidade ao tema tanto no âmbito estadual quanto nacional e global. Ocasionalmente, esses mesmos grupos que se formam também se reúnem para ações e eventos que mobilizam mais mulheres, principalmente em datas como o Dia Internacional da Mulher ou em momentos de protesto.

Nos anos 90, surge a ideia de ciberfeminismo, que pode ser definido como um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital (Ferreira, 2015; Miguel e Boix, 2015). Essa noção foi bastante influenciada pela obra de Donna Haraway, do ciberpunk, e pelos contextos artísticos e ativistas em torno da internet. Sob esse guarda-chuva se aglutinaram diversos grupos e denominações: ciberfeminismo, tecnofeminismo, posfeminismo, transfeminismo, ciberpunk, pospornografia e ativismo riot grrrl.

No entanto, essa relação entre feminismo e tecnologia não aparece exatamente nesse momento. Nos anos 70, Firestone (1976) já acreditava que uma aliança entre mulheres e o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas seriam ferramentas importantes para acabar com a discriminação entre homens e mulheres, já que essas tecnologias liberariam as mulheres da atividade reprodutiva, que a autora considerava a base da desigualdade.

Assim como o movimento feminista como um todo, o ciberfeminismo teve diferentes origens pelo mundo, em alguns países europeus, na América do Norte e principalmente na Austrália com a atuação do grupo VNS Matrix5 em 1991. Nos diversos contextos, as problematizações

das questões de gênero envolveram diferentes ferramentas e estratégias como a produção audiovisual, experiências de midiarte, fotografia, etc.

Segundo Miguel e Boix (2015), no início da atuação em meio digital, o ciberfeminismo era enquadrado como radical ou conservador. No século XXI, no entanto, a atuação caracteriza-se como ciberfeminismo social. Neste modelo a estratégia é a união das mulheres como forma de atingir o empoderamento e mudar as estruturas do patriarcado, sendo a internet e as mídias sociais locais não só de difusão da ideologia feminista, mas também de (re)criação de práticas e de problematização da vida social.

No ciberfeminismo social, há a intenção de chocar e o objetivo do comportamento político é promover o diálogo numa perspectiva pedagógica de atuação, a partir da rotina das mulheres. Segundo Lemos (2009), se a multiplicação de diferentes correntes ocorreu por sucessivas cisões internas, resultando em grupos com variadas propostas identitárias, os distintos coletivos ciberfeministas seguiram uma lógica contrária ao buscarem a internet como forma de aproximação para trocas e ações de diferentes fundos culturais em conjunto. Por outro lado, pode ser interessante pensar que a massificação e democratização do feminismo, proporcionada pelas tecnologias digitais, levou a uma nova onda de feministas conectadas na rede e em rede.

Ocorrendo de maneira desterritorializada, as práticas ciberfeministas adaptam-se às questões temporais e culturais de cada contexto onde surge de modo que "no contexto brasileiro fazem-se necessários outros modos de enfrentamento devido às questões e diferenças econômicas, educacionais e culturais do país" (Lemos, 2009, p.87). Portanto, segundo Lemos (2009), o ciberfeminismo permite tanto o questionamento político através da atuação de redes ativistas (como no caso do Brasil) bem como a manifestação e construção de novos símbolos, linguagens e representações do feminino perante essas redes tecnológicas através da atuação de mulheres artistas em diferentes partes do mundo.

Segundo Lemos (2009), este fenômeno se renova com o acentuado desenvolvimento da web 2.0. Por ter características como facilidade na utilização, produção de conteúdo autônomo e a construção de plataformas em que a troca de informação é facilitada, há a possibilidade de

conexão entre conteúdos feministas mais próximos e diretos, sem precisar da avaliação prévia de veículos jornalísticos tradicionais, como rádio, televisão, jornal e revista, gerando uma auto –inclusão.

Segundo Aldé e Borges (2004), os jornalistas, atores importantes na produção de notícias e conteúdos e, consequentemente, na produção simbólica das culturas políticas, costumam recorrer cada vez mais à internet como fonte de informação, o que torna a rede um novo campo de disputas políticas. Dessa forma, o surgimento e consolidação da web fizeram com que os próprios meios de comunicação precisassem de uma reinvenção, aderindo conteúdos e práticas desse novo meio. Por muito tempo, os mass media atuaram como principais agentes a estabelecer a pauta das discussões que rondam o cotidiano do cidadão, mas com a popularização da web há uma nova alternativa a essa centralidade.

É importante notar que nesse cenário de desenvolvimento das redes, as mulheres estão como maioria. Segundo dados do IBGE de 2013, a proporção de internautas mulheres, no país, passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013. Segundo Ferreira (2015), as mulheres representam 51,9% do total de internautas e, quanto maior a idade, maior são as diferenças de acesso a favor das mulheres.

Além do acesso, a popularização da internet permitiu a consolidação de redes de contatos que se constituíram como organizações políticas e grupos feministas. Alguns exemplos de movimentos brasileiros são Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras, Coletivo Think Olga, Empodere duas Mulheres, Moça, você é machista, Não Me Kahlo, entre outros.

Dessa forma, as mídias sociais se tornaram instrumentos de produção e difusão de ideias, mas também podem servir como espaço de ataques e ameaças, uma vez que a internet ecoa debates, tanto online quanto off-line. Assim sendo, ser sujeito nas mídias móveis reflete um processo de comunicação, de relacionamentos, mas também um processo político.

3. Jornalismo e discurso

Nos estudos de comunicação, pode-se notar que a mídia assume diferentes significações. Por um lado, ela é um elemento fundamental da sociedade democrática, responsável por trazer a

tona informações para o mundo e por mostrar as mazelas do mundo. Por outro lado, a mídia representaria o "espetáculo da democracia", onde "os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade" (CHARAUDEAU, 2015, p. 29).

Segundo Lima (2004), a mídia engloba os conjuntos de instituições responsáveis por mediar a comunicação humana, fazendo uso de algum aporte tecnológico. Nesse sentido, quando se fala em mídia se fala dos conjuntos das emissoras de rádio, televisão (aberta e paga), revistas, jornais, cinema e diversos outros canais que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de "massa".

Com o acesso cada vez mais rápido e fácil às mídias e a convergência tecnológica, as instituições midiáticas passaram a atuar em outros territórios de informação, a usar diversas tecnologias diferentes para conquistar diferentes objetivos. É importante destacar também a característica das mídias ao atuarem como produtores de conhecimento, responsáveis por agendar públicos e fornecer meios para a compreensão do mundo a partir dos seus próprios pontos de vista. Dessa forma, a mídia pode ser vista não apenas como um simples suporte de informações, um meio, mas sim como uma fonte de informação capaz de criar conteúdos que exercem efeitos cognitivos sobre seus públicos e, sobretudo, que constitui um poder.

Segundo Charaudeau (2015), existe também uma dinâmica determinada pela tecnologia, marcada pela preocupação de transmitir tecnicamente um maior número de informações com maior qualidade e menos ruído; e uma lógica simbólica, que serve à democracia e governa as demais lógicas. Nesse sentido, é a sua forma simbólica que vai nortear, inclusive, todo o trabalho dos atores responsáveis pela veiculação de informações na mídia, uma vez que é responsável por regular as trocas sociais e produzir sentidos, através da manipulação da linguagem.

Dentro desse sistema, há uma variedade de linguagens que desempenham papéis distintos. Enquanto alguns se preocupam em entreter outros se preocupam em informar, como é o caso do cinema, da televisão ou do jornalismo. Segundo Kunczik (2002), mídia e jornalismo, mesmo que intrinsecamente ligados, são diferentes, visto que o jornalismo se diferencia dos

outros processos de comunicação porque tem como função reunir, detectar, avaliar e difundir notícias, ou comentar fatos cotidianos (KUNCZIK, 2002). O jornalista é, então, a figura responsável por checar e transmitir informações sobre os fatos cotidianos. No entanto, como veremos adiante, esse trabalho de informar está inserido em um campo complexo, permeado de relações de poder.

O jornalismo pode caminhar por diferentes caminhos, se apresentar em diversas formas, mas é inegável a sua capacidade de transmitir a informação de um para muitos, seja com o objetivo de manipular os que recebem a mensagem, seja com o objetivo de transmitir um conhecimento desinteressado. E, como aponta Charaudeau (2015), isso acontece porque aquele que transmite a informação parte de um lugar legitimado, seja por posição social, pelo papel que o informador desempenha na situação de troca, seja pelo grau de engajamento que tem com a informação.

Durante muito tempo, o jornalismo manteve sua hegemonia como transmissor de informações em larga escala para um grande número de pessoas. Nos dias atuais, no entanto, muitos colocam em dúvida essa hegemonia, uma vez que o amplo acesso à informação proporcionado pela internet, os produtos jornalísticos tornaram-se questionáveis, reduzindo o prestígio de jornais e jornalistas. Além disso, vale acrescentar que com a web 2.0 se tem não-profissionais produzindo conteúdo noticioso ou que assim se pretende. No entanto, mesmo passando por todas essas mudanças, para muitas pessoas, os meios de comunicação tradicionais operam como as principais fontes de informação.

Como dito anteriormente, uma das questões conceituais a ser trabalhada essa pesquisa é o discurso. Para isso, fazemos uso do aporte teórico de Foucault, principalmente aqueles que dizem respeito a percepção de que em toda a sociedade a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por alguns procedimentos que têm o objetivo de dominar determinados acontecimentos.

Para Foucault (2007), o discurso é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

O discurso se refere ao resultado expressado em signos de um jogo de escrita, leitura e troca a partir de um acontecimento. Ele é produzido dentro de contextos, condições históricas e regras pré-estabelecidas na sociedade. As instituições, tais como o Estado, a escola, a família, a Igreja, portanto, seriam as responsáveis por ditar essa ordem do discurso a partir das regras de controle introjetadas para consolidar suas leis.

Segundo Charaudeau (2015), nas sociedades ocidentais contemporâneas a informação e a comunicação são as encarregadas de ditar a ordem do discurso. Dessa forma, a instituição da mídia faz uso do seu poder de informar e comunicar para influenciar na maneira como os indivíduos vão regular suas trocas sociais, suas representações, seus valores e produzir sentidos, reproduzindo velhos discursos, reinventando discursos, ou ainda criando.

Segundo esse autor, as mídias representam uma máquina de informações, onde há um conjunto de elementos e engrenagem atuando para que o negócio funcione. Todos esses elementos e engrenagens seriam submetidos à determinadas regras de funcionamento e cada um seria responsável por uma fase do processo. No entanto, apesar de o jornalista estar na origem da informação, ele não é o único responsável pelo conteúdo apresentado pois a máquina de informar é humana, uma vez que quem a opera tem tem intencionalidade e produz sentidos.

O jornalismo é o cenário onde as marcas discursivas, que colaboram para a construção e manutenção de ideologias, se evidenciam e atravessam o tecido social. Mesmo com as modificações na forma como a sociedade se organiza, o jornalismo mantém seu papel central na visibilidade e desaparecimento de discursos.

3.1. Jornalismo na internet

Com o tempo e com o desenvolvimento tecnológico, essa importância das mídias na rotina das pessoas se tornou ainda mais expressiva. Com a expansão da internet e a exaltação de dispositivos mobile, uma grande parte da população não se “desconecta” dos produtos de comunicação, passando a trocar mensagem em tempo real, acompanhando produtos

midiáticos de forma compulsiva. Dessa forma, as sociedades passam a se organizar em torno do domínio da informação.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostram que em 2016, 60,3% dos brasileiros estavam conectados à rede através de um smartphone . Já em 2017, o índice subiu para 69%. Além do crescimento em apenas um ano, esse dado também vai de encontro a uma queda percentual no acesso via computador que em 2017 foi de 38,8% e um ano antes tinha sido de 40,1%.

No entanto, pensar no campo jornalístico implica pensar nos efeitos produzidos aos destinatários de seus discursos. As mídias de massa tentam atingir o maior número de pessoas possível, mas deve levar em conta que esse público é formado por pessoas que estão em contextos políticos e econômicos diferentes, que geram diversos processos de ressignificação dos conteúdos recebidos, ou seja, a informação chega de forma diferente dependendo das características de cada receptor.

Dessa forma, quando se escreve, quase nunca se sabe os efeitos provocados nos receptores, que vão absorver o conteúdo de maneiras diferentes, a partir de suas visões de mundo. Nesse sentido, muitas vezes, existe uma diferença entre o efeito esperado e o efeito produzido. É importante destacar que o ato de comunicar ou informar é uma escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.

É importante entender que para se conhecer o debate na esfera pública, deve-se entender o conteúdo vinculado na esfera midiática, uma vez que os assuntos que circulam nos média aparecem na agenda do público. Segundo Habermas (2003), o público procura esses conteúdos na perspectiva de se tornar informado e poder contribuir para o debate social da esfera pública. No entanto, em relação aos meios que estão na internet, estudos[6] indicam que a rede possui a tendência a priorizar os assuntos voltados ao entretenimento, ao invés dos de interesse público.

[6] **Berrocal Gonzalo, Campos Domínguez & Redondo García, 2012**

Essa constatação poderia mostrar alguns pontos: o declínio da contribuição do ambiente online para o debate político e a mudança de foco do jornalismo online para temas mais "leves". Dessa forma, segundo Berrocal Gonzalo (2012) fica a dúvida quanto a forma como os espaços jornalísticos operam: como locais de interesse público ou como agentes de infoentretenimento.

De acordo com Lippmann (2010), dada a complexidade das sociedades modernas, é impossível para o cidadão comum perceber a realidade a partir da experiência própria. Dessa forma, ele seria incapaz de estar informado o suficiente para opinar sobre as questões que envolvem a sociedade. Dessa forma, Lippmann (2010) apontava a importância do jornalismo para a constituição do que chamou de "pseudo-ambiente", ou seja, a realidade construída por meio do discurso jornalístico que chega até à população. Esses discursos, no entanto, não são isentos de posição/ interpretação dos produtores de notícias. Sob a perspetiva de Habermas (2003), o poder político beneficia do controle permanente da opinião pública; e esta precisa da publicidade (visibilidade) conferida às negociações parlamentares de modo a informar-se. Pensando sob esse ponto de vista, o papel dos média seria, então, o de dar visibilidade a esses temas, principalmente aos de cunho político.

No entanto, segundo Habermas (2003), os meios de comunicação de massa podem prejudicar no momento em que passam a determinar o tipo de assunto sobre os quais as pessoas deveriam conversar (princípio do agendamento, proposto por McCombs e Shaw (1972). Além disso, esses meios invadem a intimidade familiar facilitando o consumo de informações uma vez que não é preciso mais buscar informações fora de casa. As tecnologias (rádio, tv, internet), levam até à esfera privada tudo o que os média consideram mais importante para o público.

Nessa perspectiva, a internet se torna um local a ser debatido. Primeiro porque, na teoria, ela contribui para a democratização do acesso a uma esfera pública virtual onde todos os cidadãos têm direito a participação, fornecendo espaços para fóruns de discussão. Segundo porque poderia implicar no incremento da pluralidade informativa. No entanto, segundo Gonzalo

(2012), a web se torna um espaço onde o entretenimento tem ganho espaço no processo de produção das notícias.

Segundo Esteves (2005), nomeia o gênero que mistura informação e entretenimento como infotainment. Gonzalo e outros (2012) explicam que o conceito incorpora a informação, que pressupõe fornecer conhecimento, e o entretenimento, que é propõe uma distração potenciadora de atitudes passivas. Apesar de o termo parecer ambíguo e controverso, os autores demonstram que existem espaços onde é possível identificar informação, como no caso dos vídeos de campanha eleitoral publicados no Youtube e que se utilizam de uma roupagem de entretenimento para abordar conteúdos informativos.

Segundo Gonzalo (2014), há quem defenda e quem condene o infotenimento. Entre os pontos negativos destaca-se a questão da degradação da informação política, o que poderia impedir que os cidadãos entendessem a realidade com a seriedade necessária para tomar decisões. Outros pesquisadores, no entanto, afirmam que uma notícia oferecida a partir das técnicas do infoentretenimento pode captar melhor a atenção da audiência, o que colabora para aumentar o interesse político daquelas pessoas menos informadas e com menos interesse no assunto. Dessa forma, mesmo notícias disfarçadas de entretenimento podem gerar debate público sobre temas socialmente relevantes.

A pluralidade de informações e interpretações da realidade oferecidas pelos veículos noticiosos é importante para garantir o mínimo de qualidade ao debate, principalmente quando falamos do momento das eleições, o tempo em que situamos a necessidade e a ênfase do debate político. Segundo McCombs (2010), partindo do pressuposto de que os média, entre outros fatores, agendam o público, a qualidade do debate estabelecido na esfera pública (Habermas, 2006) depende do tipo de informação consumida pelos cidadãos.

3.2. Pautas feministas no jornalismo

Segundo Luiz Paulo da Moita Lopes (2006) a mídia se utiliza de estratégias discursivas na direção de desconstruir o senso comum, de modo a articular outras ideologias. Dessa forma, não há uma única ordem do discurso da mídia. No entanto, todo discurso é ideológico na medida em que o usuário revela, de alguma forma, seus interesses e valores.

Segundo Gaye Tuchman (1999), o "senso comum" seria aquilo que a grande parte dos jornalistas consideram como verdadeiro, aquilo que desempenha um papel relevante na avaliação do conteúdo noticioso e determina se uma informação será aceita ou não como fato. Dessa forma, segundo Tuchman, a ideia de objetividade jornalística nada mais é do que um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão.

Roberto Hackett (1999), diz que as definições da linguagem comum consideram a parcialidade como a intrusão da opinião subjetiva do repórter ou da organização no que seria um relato factual. Essa intrusão pode ter relação, por exemplo, com a falta de equilíbrio entre fontes com pontos de vistas diferentes; ou com a distorção tendenciosa e partidária da realidade. No entanto, Hackett (1999) destaca que essa ideologia não se limita a uma espécie de favoritismo, mas a um enquadramento do mundo a serviço do poder de um classe ou do Estado.

Segundo Hackett (1999), as próprias formas de transmissão da imparcialidade e neutralidade jornalística podem servir para disfarçar pressupostos ideológicos subjacentes. Dessa forma, o aparente equilíbrio entre políticos concorrentes, as duas faces da "estória", podem servir apenas para desviar a atenção do espectador de outras questões, como a razão para esses indivíduos se outorgarem o direito de definir o problema em questão.

Além disso, segundo Moita Lopes (2006), a possibilidade de discursos alternativos no jornalismo esbarram também na própria concepção e modo de atuação desse campo, que opera em consenso com a sociedade e seus valores, tendo um papel essencial na vida contemporânea com base nos discursos que faz circular. Dessa forma, mesmo que na aparência o conteúdo jornalístico trate de assuntos novos e busque fontes plurais, a ordem do discurso pode continuar hegemônica.

Dessa forma, segundo Hall et al (1999), o jornalismo traz consigo a tendência de produzir discursos consoantes com os valores dominantes presentes na sociedade, a partir de uma lógica que atua em consenso com a sociedade. Essa tendência de atuação dentro do senso comum limita as potencialidades do campo e reforça desigualdades sociais referentes a gênero, raça, classe e sexualidade. Hall et al (1999) afirma ainda que a atuação do jornalismo

está relacionada com relações de poder ao privilegiar vozes institucionais (fontes), consideradas as que apresentam maior credibilidade. Ainda que essas informem sobre determinado tema, elas direcionam o enquadramento dos temas abordados sobre o que podemos entender como realidade.

A construção de sentidos sobre o mundo presente nas notícias e o poder da linguagem para transformar a diferença em desigualdade podem servir de pano de fundo para pensar a prática jornalística enquanto construtora da realidade. A articulação dessa construção da realidade com a temática de gênero pode ser observada quando percebe-se, segundo Marcia Veiga da Silva (2014) que as matérias jornalísticas reproduzem os valores hegemônicos que circulam na sociedade, incluindo assimetrias e representações de gênero.

Para pensar sobre a desigualdade dentro das instituições sociais, deve-se pensar as relações de gênero como algo que extrapola os corpos a partir das contribuições dos Estudos de Gênero já abordadas aqui. A partir dessas contribuições pode-se refletir sobre a desigualdade dentro das diversas instituições sociais, de suas práticas e dos conceitos que as sustentam. Dessa forma, pode-se perceber que as assimetrias de gênero constituem as instituições sociais e são também reproduzidas por elas. Mattinez et al (2016) ressalta ainda que as relações de gênero não são mais problematizadas apenas entre homens e mulheres, mas entre homens e homens, entre mulheres e mulheres, entre adultos e crianças e idosos, pois todos são desde sempre seres gendrados e generificados.

Dessa forma, segundo Veiga da Silva (2014), o gênero do jornalismo é masculino e a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevalecentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades. Tanto o jornalismo se inspira e se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade quanto esta é influenciada pelo jornalismo. “Assim, o jornalismo é um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo (VEIGA DA SILVA, 2014, p.63).

Hall et al (1999) afirma que os jornalistas não relatam de uma forma transparente os acontecimentos que por si só seriam "naturalmente" noticiáveis. As notícias são, na realidade, o resultado de um processo de seleção e escolhas a partir de um conjunto de categorias socialmente construídas. Os significados e sentidos que constroem a contextualização dos acontecimentos não são imutáveis, mas são o resultado de uma luta política em torno da imposição de significados. E o jornalismo entra nesse cenário ao construir ativamente a realidade.

A forma mais eficaz da atuação jornalística está no processo de identificação e contextualização dos acontecimentos. Segundo Hall et al (1999), os significados criados pelos jornalistas só terão sentido se forem colocados no âmbito de identificações sociais e culturais conhecidas. Sem esses "mapas" culturais do mundo social não poderiam dar sentido aos acontecimentos mais inesperados e invulgares. "Esse processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona" (HALL et al, 1999, p.226).

Essas suposições trazem consigo a ideia de consenso, sugerindo uma certa homogeneidade social e escondendo os conflitos existentes na luta por significados. O próprio feminismo, que sinaliza múltiplas correntes e interesses de luta, é um campo de disputas de significados. Falar sobre as pautas feministas implica, portanto, integrar essa multiplicidade de perspectivas. Nesse sentido, o jornalismo tem abordado de forma mais frequente, mas segundo Terezinha Schmidt (2006), por meio de discursos totalizadores e desconsiderando os debates mais atuais de gênero.

Segundo Hall et al (1999) a rotina da produção de notícias está relacionada a reprodução das definições dos poderosos pois os jornalistas não criam sozinhos as notícias, mas dependem dos assuntos fornecidos por fontes institucionais e credíveis. Nesse sentido, as noções de imparcialidade, neutralidade e equilíbrio dão origem à uma prática jornalística onde os produtos sejam fundamentados em afirmações de fontes dignas de crédito.

São essas fontes que definem os tópicos que serão noticiados e como serão noticiados. Dessa forma, eles vão nortear as futuras coberturas debates, e até mesmo a fala das fontes contrárias.

Para Hall et al (1999), os jornalistas muitas vezes não seriam os definidores primários dos acontecimentos noticiosos. É essa relação estruturada que revela o papel ideológico do jornalismo, com a sua tendência a reprodução das ideologias dominantes.

Um exemplo dessas ideologias e assimetrias de poder é a predominância de homens como fontes das matérias. E isso se deve, em parte, ao caráter sexista da linguagem (uma das críticas do movimento feminista), onde muitas mulheres e homens têm intervindo ativamente para tornar as práticas linguísticas menos discriminatórias. Um exemplo é buscar formas de interação mais colaborativas e menos competitivas, pois existe a tendência de que a intervenção feita pelos homens se dirijam a "dimensões discursivas de práticas de masculinidade" (FAIRCLOUGH, 2001, p.254), a partir de pressupostos de que ser homem implica em práticas discursivas agressivas.

Dessa forma, esses debates existentes tanto na sociedade (com a militância feminista) quanto nas redações e na universidade (com a politização da produção de conhecimento), já estão gerando resultados na produção das notícias de forma pontual. No entanto, mesmo com a produção de reportagens sobre as pautas feministas elas costumam estar encaixadas em matrizes de inteligibilidades aceitas pela sociedade.

O principal ponto que desperta atenção dos feminismos é o motivo pelo qual a masculinidade foi associada ao poder e o fato de os valores mais altos estarem relacionados a atributos ligados a masculinidade. Joann Scott (1995), diz que não é possível responder essa questão sem dar atenção aos sistemas de significados, ou seja, às maneiras como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais.

Falar sobre a atuação do feminismo dentro do jornalismo requer dar atenção ao surgimento de coletivos feministas formados, muitas vezes, por jornalistas. Nesse ambiente, as lutas constantes e intensas que as feministas vêm travando no âmbito social, questionando o assédio nos locais de trabalho, a violência de gênero, o sexismo da linguagem, o caráter machista da mídia, a invisibilidade histórica das mulheres em diversas áreas do conhecimento, o controle dos corpos, da sexualidade e o duro julgamento moral que sofrem por qualquer

escolha autônoma tomada fizeram com que o jornalismo, ao estar imerso nesta mesma sociedade, não pudesse fechar os olhos para um movimento tão expressivo.

A tão aclamada objetividade e imparcialidade em busca de "verdades" demonstram que os discursos estão tão sólidos que nem notamos seu caráter construído no âmbito de relações de poder. Dessa forma, é preciso entender que sempre se fala de algum lugar e que esse local de enunciação é privilegiado e o ato de se posicionar na luta contra as hierarquias de gênero é dever do jornalismo se ainda pretende segurar a bandeira da cidadania, democracia e direitos humanos.

4. O Método de análise

Para a análise do conteúdo do site G1, nos valemos dos aportes teóricos de Michel Foucault, que propõe classificações metodológicas para o discurso como uma forma para entender porque algumas ideias são fortemente difundidas na sociedade em detrimento de outras.

Foucault (2007) se afasta do entendimento do discurso como um conjunto de signos que expressaria um pensamento, ou algo que distorceria a realidade, ou que faria as coisas "falarem" (trazendo a tona significados ocultos) por meio da palavra. Foucault, por outro lado, propõe entendermos o discurso como discursos (no plural) e manter-se no que foi dito. Dessa forma, para que o jornalista pudesse escrever a notícia, ele seguiu certas regras que lhe permitiram falar e ser ouvido. O que o jornalista elabora não acontece em um campo deserto, sem relações com o tempo e espaço onde se está.

Ao definir suas fontes, sua escolha de palavras, conectam-se com outras práticas que permitem a emergência desse crivo de seleção como pertinente para demonstrar uma determinada realidade da qual se fala. Para isso acontecer, no entanto, foi necessária a inscrição desse sujeito nos discursos que constituem o mundo em que vivemos. Isso não acontece de forma tranquila, uma vez que se traz para a arena social disputas, imposições pelo que é entendido como válido e o que é percebido como irrelevante ou sem conteúdo de verdade. Portanto, os discursos que circulam ou são interditados encontram nas tensões das relações de poder as suas condições de existir, circular ou seus apagamentos.

Se a forma como se retrata as pautas feministas diferem daquelas de alguns anos atrás não se trata necessariamente de uma evolução dentro dos feminismos, mas sim da formação de uma rede de relações na sociedade que permitiram que outros discursos surgissem, se combinassem, produzindo o contexto atual. Dessa forma, não é mesmo uma evolução, mas uma revolução. E foi essa transformação profunda que vem sendo gestada há pelo menos 60 anos que permitiu que outros discursos surgissem e fossem levados a sério. A própria presença sensível de mulheres no jornalismo provoca isso.

Dessa forma, pode-se dizer que os discursos disseminam-se pelo tecido social, infiltram-se nas fábricas, nas escolas, nos lares, nos programas televisivos, nas conversas cotidianas, nas universidades, nas academias de ginástica, nos hospícios, nas prisões, nos jogos de videogame, nas marcas e nas campanhas publicitárias, nas páginas dos jornais, sem limitar-se a nenhuma dessas maquinarias. Com suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam.

Foucault (2007), parte da ideia de que em toda a sociedade a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um determinado número de procedimentos com três funções: tramar seus poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua materialidade. Para tanto, o autor separa as formas de construção do discurso em fatores internos e externos.

O primeiro processo externo seria a interdição da palavra que revela a ligação do discurso com o poder, uma vez que o autor classifica a possibilidade de vetar o discurso como uma das principais causas das disputas por dominação.

Outro fator externo seria o que Foucault (2007) nomeia de segregação da loucura. O autor afirma que, desde a Idade Média, ao mesmo tempo em que se descreditava o discurso das pessoas ditas loucas, ele é levado em conta como um meio diferente de ver verdades ocultas. Dessa forma, embora hoje em dia não haja mais esse tipo de exclusão, ele ainda pode ser percebido na relação entre pacientes e médicos, psicanalistas, onde há uma censura no discurso.

Outro processo é o que o autor chama de vontade de verdade onde, para o autor, a arbitrariedade não estaria em definir o que é verdadeiro e o que é falso em um discurso já formado, mas sim na forma como a verdade foi forjada ao longo do tempo. A vontade da verdade funcionaria como um sistema de exclusão na medida em que é baseada em um suporte institucional, sendo reforçada e reconduzida por um conjunto de atividades. “Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.” (FOUCAULT, 2007, p. 17). Segundo o autor, a vontade da verdade exerce sobre os discursos certa pressão e coerção.

Foucault (2007) se aprofunda mais no conceito de vontade de verdade pois, segundo o autor, os dois primeiros processos se enfraquecem à medida em que são atravessados pelo terceiro, que se fortalece cada vez mais, tornando-se mais incontornável. E diz ainda que a vontade da verdade é a forma de exclusão de que menos se fala, justamente pelo fato de a suposta verdade estar tão incrustrada nos discursos.Característica preeminente das sociedades ocidentais contemporâneas, essa vontade tem se deslocado ao longo da história ao definir as formas, os domínios dos objetos e as técnicas de apoio pelas quais confere aos discursos o status de verdade por determinados períodos.

Esses procedimentos – interdição, separação e rejeição, vontade de verdade – são exercidos, de certa forma, no exterior dos discursos; são independentes deles e lhes impõem limites de circulação. Outros, contudo, localizam-se internamente , são desempenhados pelos próprios discursos e têm a função de controlar a sua dimensão de acontecimento - suas características aleatória e dispersa. Dessa forma, Foucault (2007), fala ainda, dentre as formas de construção dos discursos, sobre os processos internos de exclusão onde os próprios discursos exercem controle sobre si. O primeiro processo seria o que Foucault (2007) chama de comentário. Dessa forma, existem dois discursos que circulam pela sociedade: Os discursos que seriam origens e aqueles que se originam através dos comentários sobre eles. Para o autor, o desnivelamento dos discursos não é estável e seu encerramento se configura em uma utopia.

No entanto, Foucault (2007), afirma que, através do comentário surgem indefinidamente novos discursos embora seu principal papel seja dizer por fim o que se articula no texto primeiro no qual ele se fundamenta. “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.” (FOUCAULT, 2007, p. 25).

O segundo processo interno da construção do discurso complementa o primeiro e trata-se do autor. Segundo Foucault (2007), o autor não diz respeito ao indivíduo que produziu o texto, mas sim o princípio de agrupamento do discurso. Ou seja, enquanto o comentário limita o discurso pela repetição, o autor limita pela individualidade. “O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu.” (FOUCAULT, 2007, p. 29).

O último processo diz respeito às disciplinas. Esse princípio seria oposto aos dois primeiros, uma vez que se trata de um conjunto de métodos e domínio de objetos que possibilitariam qualquer um a servir-se deles sem que tivesse importância quem, e também já que pressupõe a possibilidade de que novas proposições sejam formuladas de forma indefinida. Para Foucault (2007), as disciplinas precisam responder a certas condições para que se enquadrem dessa forma. “Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina.” (FOUCAULT, 2007, p. 34). Ainda segundo o autor, mais importante do que ser verdadeiro ou falso, para que uma proposição se enquadre em uma disciplina, é necessário que ele esteja “no verdadeiro”, o que caracterizaria o processo de controle de produção do discurso.

Foucault (2007) define ainda uma das formas que compõe os sistemas de restrições, o ritual. Para o autor, se trata de uma qualificação que os indivíduos que falam devem possuir, determinando o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso, definindo qual é o efeito das palavras proferidas àqueles aos quais elas se dirigem. Segundo o autor, o ritual “[...] determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.” (FOUCAULT, 2007, p. 39).

Outra forma que compõe os sistemas de restrições atuam quase em contraposição ao ritual. Foucault (2007) a define como "sociedades de discurso" e se qualificariam como conservadoras e produtoras de discursos para que sejam veículados em espaço fechado e distribuídos de forma restrita. Como exemplo, pode-se citar os discursos pertencentes a classes profissionais que se limitam aos indivíduos pertencentes a elas, o que funcionaria como um tipo de exclusão.

A terceira forma de restrição é a chamada doutrina e refere-se ao inverso das "sociedades de discurso" pois possui a tendência de se difundir e, somente pelo compartilhamento de um único e mesmo discurso é que ela faz com que os indivíduos sintam a que pertencem. "[...] a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia..." (FOUCAULT, 2007, p. 43).

Segundo Foucault (2007), todos os sistemas educacionais são uma maneira política de manter ou modificar a apropriação do discurso, algo que ele chama de apropriação cultural dos discursos. Dessa forma, ele entende que a apropriação funciona através da interação das três formas citadas, integrando que a educação tradicionalmente fornecida nos centros educacionais é baseada em todas as formas de exclusão do discurso que se ligam a suas condições de funcionamento.

Para Foucault (2007), um sistema de ensino corresponde a uma ritualização da palavra, uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos de que falam, uma constituição de um grupo doutrinário e uma distribuição e apropriação do discurso com seus poderes e saberes.

Foucault (1986, p. 146) diz ainda que "discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história" e apesar de estarmos condenados a ordem do discurso, precisamos criar linhas de fuga, estratégias para driblar a ordem. O autor menciona ainda as interdições que se cruzam e formam uma grade complexa onde o discurso teria como regiões mais cerradas a da sexualidade e da política, nele elas exerceriam de modo privilegiado alguns de seus mais temíveis poderes. Nesse sentido, as pautas políticas feministas englobam esses pontos na busca por mudanças políticas e sociais.

Segundo o autor, o discurso é controlado, selecionado, organizado e dominado principalmente pelas instituições. Suas indagações são encaminhadas no sentido de entender como os poderes ligam-se a determinados discursos, com o intuito de produzir efeitos de verdade. Para o autor (Foucault, 2007), todos são envolvidos e posicionados pela prática do discurso que o autor caracterizou como finito, limitado, útil, com regras de aparecimento e condições de apropriação, um bem que coloca desde sua existência a questão do poder e que se configura, por natureza, como objeto de uma luta política.

Foucault (2007) mostra que as sínteses discursivas, que são aceitas como naturais no mundo social, precisam ficar em suspenso, trazendo-as para o centro da discussão e mostrar que resultam de uma complexa trama que as permite aparecer dessa forma neste momento. Dessa forma, se faz necessário compreender o quanto, por exemplo, imparcialidade e objetividade justificam-se dentro da lógica do jornalismo. É também, no campo dos feminismos, problematizar as pautas que se colocam como mudanças políticas dentro da sociedade.

Como práticas que seguem regras, os discursos foram tomados neste exercício "[...] na qualidade de monumentos. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um 'outro discurso' mais oculto. Recusa-se a ser alegoria [...]" (Foucault, 2007a, p. 157). Dessa forma, há uma sutil e produtiva abordagem para os materiais aqui analisados, mantendo-nos na materialidade do discurso. Ao escrever determinada notícia e escolher noticiá-la o jornalismo (materializado nos conteúdos do portal de notícias G1), produzem efeitos de verdade sobre como são retratadas as pautas políticas feministas.

Ao analisar os discursos levamos em conta suas especificidades (Foucault, 2007a; 2007b). Com isso queremos dizer que o funcionamento dos discursos não está pré-definido à espera de nossas leituras, como se bastasse irmos com um arsenal de ferramentas metodológicas e um "modelo" de dinâmica discursiva para decifrá-lo. Cada discurso tem suas peculiaridades que as teorias que o analisam, amplamente, não dão conta de todas as suas idiossincrasias, até porque, no seu exterior, povoam inúmeros discursos distintos que lhe alteram a constituição e ordenação interna.

Foi através da análise do próprio material, pela sua materialidade, que apreendemos, parcialmente, os discursos ao "[...] mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los" (Foucault, 2007a, p. 157). Enfim, o filósofo mostra uma forma diferente de trabalhar, o que lhe permite avançar e traçar uma segunda definição dos discursos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam onde os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. E esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2007).

Portanto, é esse "mais" que deve aparecer nas análises discursivas. O discurso que autoriza emergir prescrições sobre a experiência prática não apenas descreve a situação através de palavras e significados, como cria uma realidade possível. Não existe, previamente, um jornalismo imparcial e objetivo que busca retratar as pautas feministas em busca de se tornar uma utilidade pública. Esse jornalismo foi, e está sendo, produzido a partir de inúmeras maquinárias discursivas.

Apresentados esses poucos e importantes sinalizadores metodológicos, passamos a descrever, tanto quanto possível e produtivo, os procedimentos que, ao mesmo tempo, controlam, selecionam, organizam e redistribuem o discurso em nossa sociedade e que objetivam "[...] conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (Foucault, 2007b, p. 9).

Para isso, consideramos o portal de notícias G1 como um dos espaços privilegiados dentro do jornalismo nacional, por ser um dos portais de notícias mais acessados do país. A escolha desse objeto deu-se por tanto, por conta de seu amplo alcance e por seu conteúdo abranger as mais diversas partes do Brasil. Na ânsia por informar, essa mídia online contribui para a produção de subjetividades a respeito das pautas políticas feministas. Por se tratar de pautas que atingem o âmbito político, escolhemos o recorte temporal das duas últimas eleições: uma com o protagonismo de uma mulher na luta pela presidência (em 2014) e outra com o protagonismo de pautas notadamente direitistas.

No entanto, Foucault (2007) atenta-se para o fato de que o método não é o caminho seguro, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. Para o autor, não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar.

Nesse momento da pesquisa se torna importa alertamos para algumas escolhas metodológicas. O método, análise de discurso foucaultiana, será usado na tentativa de se entender como os discursos acerca das pautas feministas são construídas dentro de uma mídia específica e como (ou se) a imagem perpetuada e divulgada na mídia sobre as pautas feministas sofreram alterações de acordo com contextos específicos: durante as eleições de 2014 e durante as eleições de 2018.

Nesse sentido, faz-se necessárias outras justificativas acerca do objeto de pesquisa e o recorte temporal. Primeiramente, a escolha pelo portal G1 se deu por ele ser um dos maiores portais de notícias do Brasil e estar situado em um ambiente virtual, onde as pautas feministas, na contemporaneidade, vêm atuando em lutas políticas.

A escolha do recorte temporal, no entanto, se deu como uma forma de comparação entre dois períodos diferentes em que o Brasil estava e como o jornalismo (manifestado no site G1) respondeu à esses dois momentos nos conteúdos voltados às pautas feministas. Dessa forma foi decidido pela análise do período das eleições de 2014 no período de 6 de julho de 2014 (data em que se inicia as propagandas eleitorais) até o dia 28 de Outubro de 2014 (fim das votações para o segundo turno das eleições presidenciais) e das eleições de 2018 no período de 16 de Agosto de 2014 (data em que se inicia as propagandas eleitorais) até o dia 28 de Outubro de 2018 (fim das votações para segundo turno das eleições presidenciais).

O primeiro período foi escolhido por conta do contexto em que o Brasil vivia com uma mulher na presidência do país e como principal candidata para as eleições daquele ano. No segundo período escolhido, no entanto, não houve protagonismo de nenhuma mulher na luta pela presidência.

4.1. Feminismos, eleições e voto: o G1 e a politização do gênero

O portal G1 foi lançado no dia 18 de setembro de 2006, por meio da Globo.com. Ele se enquadrava como o portal de notícias do Grupo Globo (chamada anteriormente de Organizações Globo). Já em sua estréia, cobriu as eleições de 2006 e possibilitou a união, em um único endereço, do conteúdo de jornalismo da Globo. Dessa forma, possibilitou o acesso à GloboNews, às rádios Globo e CBN, aos jornais O Globo e Diário de São Paulo, às revistas Época e Autoesporte, entre outras através de um único link, o g1.globo.com. O mesmo link englobava, portanto, informações locais de estados do Brasil e sub-regiões como MG-Sul de Minas e PR-Norte e Noroeste, contabilizando mais de 50 regiões cobertas pelo jornalismo da *Globo*.

O G1 se enquadra na categoria multimídia do jornalismo, ao englobar conteúdos jornalísticos nos mais diversos formatos: texto, fotos, áudios, infográficos, vídeos, etc. Possui diversas redações em São Paulo, no Rio de Janeiro e Brasília que são alimentadas pelas afiliadas da Rede Globo e pelas agências de Notícias Estado, Agencia France Presse, Associated Press, EFE, New York Times, Reuters e Valor Econômico

Com um plantão de notícias atualizado 24 horas por dia, possui um grupo muito grande, com a participação de veículos diversos. O portal em si conta com sua própria redação, mas é alimentada também com produtos das redações de outras mídias. O acesso ao site pode acontecer também pelo portal Globo.com, por meio da aba "G1".

A página principal do site é em formato de grid, com colunas verticais entrecortadas com guias horizontais, formando boxes individuais. O link "Editorias" se abre em 16 opções, entre elas, *Brasil*, *Ciência e Saúde*, *Economia*, *Mundo* e *Política*. Na primeira coluna da página principal está sempre a chamada principal do dia, acompanhada de uma linha fina, geralmente sem foto. Em seguida, estão cerca de duas chamadas principais sem linha fina e com fotos. Nas partes inferiores, estão cerca de 20 outras chamadas, sempre em cor vermelha.

É importante notar que as editorias presentes na página principal do G1 não são apenas aquelas produzidas pela própria redação do G1, mas também de outras redações. Por

exemplo, ao clicar em matérias que se encontrem na editoria Esporte, o leitor pode ser redirecionado ao site globoesporte.globo.com.

Para navegar no site não é necessário cadastro, o leitor pode verificar edições e buscar arquivos digitais livremente sem qualquer tipo de impedimento como limitação para leitura das matérias.
O G1 é um veículo que nasceu na plataforma online, ou seja, não migrou de um jornal impresso, mas cuja principal característica é a descentralização da produção das notícias. O próprio site tem espaços para notícias de cada região e sub-região do país e, segundo o próprio Mídia Kit da globo.com, possui cerca de 52.8 milhões de visitantes únicos, sendo um dos maiores sites noticiosos do Brasil.

5. Coleta de dados inicial e categorias de análise

Como já foi dito, existe uma verdade instalada que seleciona os discursos passíveis ou não de circulação no mundo do jornalismo. Dessa forma, foi necessário uma estratégia para que o discurso fosse visto como uma ferramenta analítica, para desmontar as verdades e entendê-las como coisas inventadas por uma rede discursiva anônima, mobilizada de determinada forma em virtude das relações de poder. A opção por trazer a questão da verdade é para registrar que não estivemos preocupados em criar meios para encontrá-la; ao contrário, quisemos pensar formas que dessem, minimamente, conta de mostrar a forma como as pautas feministas são representadas em contextos específicos.

Na primeira fase da pesquisa, investimos na seguinte questão: Como a representação das pautas políticas feministas durante as eleições constitui-se de forma a sustentar os discursos que envolvem gênero e sexualidade ?

Iniciamos a análise pretendendo classificar as notícias por temáticas, no entanto, abandonamos essa ideia na medida em que percebemos que essa categorização seria muito subjetiva uma vez que uma categoria denominada cultura poderia muito bem estar também na categoria política. Portanto, os temas ora se confundiam, ora se afastavam, de tal forma que nos questionávamos se isso ou aquilo era relevante em relação ao assunto geral da pesquisa.

Coletamos, ao todo, 923 notícias dos dois períodos (eleições 2014 e 2018) no intuito de comparar como as pautas feministas foram tratadas nesses dois contextos. Para isso, fizemos uso dos próprios filtros do portal do G1, onde buscamos pelos termos "feminismo", "aborto" e "feminicídio". Cada um desses termos foram novamente filtrados a partir do período escolhido. É importante ressaltar que, dentro do site escolhido, há diversos outros links para outros portais da globo (como *Jornal Nacional*, *Globo Esporte*, *Jornal Hoje*) e esses conteúdos não entraram na coleta por entendermos que não faziam parte dos moldes das notícias do G1 e sim dos respectivos veículos de origem.

A partir disso, separamos os conteúdos dentro desses 3 assuntos em cada período. Durante a cobertura das eleições de 2014 o site produziu 148 notícias sobre feminismo; em 2018 foram produzidas 210. Sobre o tema "aborto" foram produzidas 126 notícias em 2014 e 204 em 2018. O item "feminicidio", no entanto, não entrou para as análises por conta da Lei do feminicídio [7] que se iniciou apenas em 2015. Antes disso, portanto, homicídios de mulheres eram tratados como homicídio comum. Dessa forma, as postagens com esse termo em 2014 foram de apenas 3, enquanto em 2018 foram de 232. O que revela o impacto não só da Lei, mas da possibilidade linguística de se ter um termo específico que qualifica, descreve e identifica um ato violento como um tipo específico de crime.

A partir dessa coleta inicial, fica claro alguns pontos: os conteúdos dentro dessas temáticas eram divididos em diversos subtemas (cultura, crimes, relatos, entrevistas, política) porém apenas alguns relacionavam essas temáticas aos assuntos de ordem políticas, relacionando com o contexto das eleições.

Dessa forma, o tema "Feminismo" em 2014, por exemplo, teve 126 postagens, mas apenas 29 eram relacionadas ao contexto político, representando 23% do total. O mesmo tema em 2018 teve 206 resultados com apenas 23 remetendo ao contexto político, representando 11.1% do total.

[7] A **lei** altera o Código Penal (art.121 do Decreto **Lei** nº 2.848/40), incluindo o**feminicídio** como uma modalidade de homicídio qualificado, entrando no rol dos crimes hediondos.

Já o tema “aborto” teve 108 postagens em 2014, com 25 remetendo ao contexto político, totalizando 23.1%. Em 2018, ele apareceu em 136 notícias e em 24 delas esteve relacionada ao ambiente das eleições, o que corresponde à 17.6% do total.

As pautas feministas (pela busca do termo “aborto” e “feminismo”) em 2014 totalizaram 261 postagens, com 53 delas remetendo ao contexto da época, de eleições presidenciais. Em 2018 elas totalizaram 300 postagens, sendo 30 delas relacionadas ao contexto político. Portanto, as temáticas envolvendo as pautas feministas foram mais recorrentes no ano de 2018 do que no ano de 2014. No entanto, as pautas feministas que realmente foram levadas à página de cobertura eleitoral foram apenas 10% do total em 2018 e 20.3% do total em 2014.

Levando em conta apenas as postagens que estiveram também na cobertura eleitoral, é possível realizar uma categorização inicial. Essa divisão nos ajuda a compreender o perfil das notícias que são veiculadas para, posteriormente, podermos realizar a análise dos dois contextos a partir dos conteúdos feministas que elas constroem.

As notícias veiculadas na aba “Eleições” levavam em conta algum dos fatores que categorizamos: Políticas Públicas, Entrevistas, Posições ideológicas, Dados sobre as eleições, Agenda dos candidatos. A primeira categoria Políticas Públicas trata-se daquelas notícias que veiculam falas de candidatos com propostas; a segunda (Entrevistas) disponibiliza na íntegra algumas entrevistas e debates com os candidatos; a terceira (Posições Ideológicas) traz a tona falas de candidatos com opiniões ou posições sobre determinados assuntos; a quarta (Dados sobre as eleições) geralmente é veiculada com a categoria “Eleição em Números” e mostra pesquisas sobre os candidatos ou sobre o eleitorado; a última Agenda dos Candidatos, mostra a rotina dos candidatos à presidência.

Dessa forma, pode-se entender alguns aspectos que constroem a cobertura jornalística de ambas as eleições. Primeiramente, o protagonismo das falas dos candidatos que levam a entender que se não há candidatos que falem sobre as pautas feministas essas pautas não estarão na agenda noticiosa diária. Em segundo lugar, a reiteração dessas falas sobre posições ideológicas que constitui determinado discurso e que levam a construção de uma realidade onde se valoriza determinadas pautas à outras. Em terceiro lugar, os dados de pesquisas que

soam como vozes anônimas que ditam determinadas regras de aceitação, e que destacam determinados fatos (dados) em detrimento de outros.

Para realizar uma comparação inicial, analisamos os números de postagens nas 5 categorias nos dois períodos. Dessa forma, em 2014, houveram 13 postagens dentro da aba "Eleições" sobre políticas públicas para as mulheres. Em 2018, houveram 13 postagens sobre esse mesmo assunto.

É importante ressaltar que, durante a campanha para o segundo mandato de Dilma Rousseff a pauta do aborto quase derruba sua candidatura, uma vez que, no segundo turno, há uma empreitada de desqualificação de Dilma quando um padre da Canção Nova, José Augusto, prega na TV o voto contra Dilma. Michel temer grava mensagem anti-aborto para uma TV evangélica e Dilma e, com a pressão, expõe seus compromissos em não modificar a legislação sobre o aborto e sobre a união civil entre homossexuais em um documento que foi publicado em 15 de outubro, com o título de Carta aberta ao povo de Deus.

Quando se tratava de entrevistas que abordavam as pautas feministas ele aconteceu em 12 postagens no ano de 2014 e em apenas 5 no ano de 2018. Enquanto o ano de 2014 houveram 14 notícias com posições ideológicas dos candidatos sobre temas relacionados ao feminismo, em 2018 houveram apenas 4. Em 2014, houveram 14 conteúdos que veiculavam dados sobre as eleições que levavam em conta a participação feminina ou o eleitorado feminino. Em 2018, esse número caiu para 8.

A partir desse pontos, podemos relacionar quatro dessas categorias com o que Foucault (2007) chamou de procedimentos de limitação interna e rarefação dos discursos a partir de quatro limitadores: Autor, Comentário, Disciplina e Rituais.

5.1. Análise das notícias eleitorais do período das eleições de 2014

Para iniciarmos a análise, selecionamos 6 matérias dentro de cada ano, mesclando entre as categorias temáticas e as categorias de procedimentos discursivos. Na primeira tabela, mapeamos essas 6 matérias que irão ser analisadas posteriormente.

Tabela 1: Mapeamento Discursivo Eleições 2014

Título da notícia	Categoria	Procedimento de Limitação	Data
Candidato do PSOL ao governo de pe quer estruturar delegacias da mulher.	Políticas Públicas	Rituais	24/09/2014
Lourdes defende legalização do aborto e atendimento em hospital público	Políticas Públicas	Rituais	24/09/2014
Prof. Josivaldo fala sobre dívida pública, reforma agrária e aborto	Entrevistas	Comentário	18/09/2014
Novato na política, Flavinho priorizará na Câmara a luta contra o aborto	Posições	Comentário	28/10/2014
Saiba as opiniões dos candidatos ao governo de PE sobre o aborto	Posições	Comentário	02/10/2014
Partidos e coligações não cumprem mínimo de 30% de candidatas na PB	Dados	Disciplina	22/07/2014

Concluída essa etapa, nos voltamos à discursividade para visibilizar os procedimentos de limitação e rarefação dos discursos e suas articulações. Esses procedimentos possuem a função de controlar, selecionar, organizar e redistribuir tanto do que será dito quanto daqueles que terão acesso à discursividade. Ao entendermos o portal de notícias G1 como um dos locais em que os poderes e os discursos operam, trabalham e deixam seus rastros, visualizamos as práticas acionadas nas produções de verdade sobre as pautas históricas

feministas formando uma rede discursiva na qual o perfil das campanhas políticas operam defendendo ou não essas pautas políticas feministas.

A primeira notícia analisada (Candidato do PSOL ao governo de PE quer estruturar delegacias da Mulher), foi postada no dia 24 de setembro de 2014 e remete à categoria temática "Políticas Públicas" uma vez que inclui proposta de determinado candidato. Nessa notícia, o candidato ao governo de Pernambuco relata suas propostas sobre a violência contra a mulher, com a criação de condições adequadas nas delegacias especializadas no atendimento a crimes contra a mulher e também com a criação de centros de proteção para as mulheres vítimas de violência.

Segundo a notícia, o evento em que o candidato foi entrevistado foi promovido pela candidata do PSOL ao Senado, Albanise Pires. Nesse evento, também houve a participação do candidato do partido a deputado estadual, Edilson Silva, e a postulante à Presidência da República, Luciana Genro.

Logo ao fim da matéria, o repórter traz a tona o envolvimento da candidata à presidência da República, Luciana Genro. Em suas falas, a candidata cita, de maneira crítica, a atuação do governo federal no que diz respeito a políticas voltadas para as mulheres e também defende uma maior atenção aos mecanismos de aplicação da Lei Maria da Penha focando no atendimento às vítimas.

Nesse conteúdo nota-se, portanto, o envolvimento de uma temática específica das pautas feministas: a violência contra a mulher. Há também, alguns sujeitos que participam ativamente da construção do discurso no texto: o candidato em destaque, Zé Gomes, e a candidata à presidência da República, Luciana Genro. A entrada dessa pauta na agenda política dos presidentes responde, portanto, às necessidades dessas políticas e à uma forma de diálogo com o eleitorado feminino. No entanto, a partir da passagem em que Luciana Genro faz críticas ao governo Dilma Rousseff, essa pauta política feminista (e outras, como pode ser percebido no trecho "criticou a atuação do governo federal no que diz respeito a políticas voltadas para as mulheres") se torna também um instrumento de disputas, onde cada uma

possui meios diferentes para realizar um fim, a melhoria nas políticas públicas para as mulheres.

A segunda notícia analisada possui a chamada “Lourdes defende legalização do aborto e atendimento em hospital público” e relata a entrevista com a candidata ao governo do Piauí, Lourdes Melo. A entrevista segue por diversos assuntos como segurança pública, jornada de trabalho, entre outros, mas o destaque da entrevista foi a questão do aborto.

Quando se posiciona sobre o assunto Lourdes defende a liberdade e igualdade da mulher decidir sobre o seu corpo. Na fala, a governadora diz que pelo menos 20% das mulheres pobres ou ricas fazem aborto. No entanto, as mulheres pobres fazem esse procedimento em situações precárias e sem segurança, ao contrário das ricas que pagam uma clínica particular e têm inclusive o sigilo. “Defendemos a legalização para que a mulher não seja presa e para que ela também não venha a morrer. Queremos a garantia do direito que ela faça esse aborto nos hospitais públicos”.

Nesse conteúdo percebe-se a presença de outras pautas feministas: o aborto e relação entre gênero e classe social. Essas pautas remetem ao feminismos da terceira onda que contemplava essa abordagem na medida em que buscavam diminuir as discrepâncias entre as lutas das mulheres de classe média e as mulheres de classes baixas. No entanto, as pautas do passado que lutavam contra o padrão moral da época, questionavam a imposição do casamento, a submissão da mulher e a luta pela redução da jornada de trabalho ainda se mostra nos dias atuais com outras abordagens. Dessa forma, podemos trabalhar com a proposição de que na sociedade há discursos que “são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1999, p.22). Isso acontece porque, segundo Foucault, discursos podem se tornar hegemônicos ou saírem de cena.

Essa mesma abordagem é usada pelo candidato ao governo do Maranhão, Prof. Josivaldo na matéria “Prof. Josivaldo fala sobre dívida pública, reforma agrária e aborto”. Em entrevista, ele utiliza a questão das classes como argumento para a legalização do aborto. No entanto, é importante ressaltar, nesse caso, a estrutura da matéria: a palavra aborto vem mencionada no

título como se destacando esse ponto da entrevista, mas esse debate a respeito do aborto dura apenas 50 segundos.

Dessa forma, nessa entrevista, é possível relacionar a apropriação do discurso do candidato pelo jornalismo, que busca a polemização do tema "aborto" sem trazer nenhum tipo de profundidade sobre o assunto. Nesse sentido, podemos retornar aos procedimentos internos de limitação e vê-los como ferramentas do discurso que conjuram os acontecimentos a fim de manter certa regularidade nas suas estratégias. Uma vez que se luta pelo próprio discurso, por estar nele e dele apoderar-se, é cabível que haja formas de controlar o novo, seja banindo-o ou assimilando-o.

Na notícia "Novato na política, Flavinho priorizará na Câmara a luta contra o aborto", podemos ver uma outra abordagem sobre o mesmo tema da acima mencionada. Logo na linha-fina, o autor (do texto) caracterizou o personagem a ser comentado (Flávinho do PSB) usando as palavras "Missionário Católico".

Durante o texto, os próprios termos usados pelos jornalista caracterizam o então deputado sem fazer uso de fala dele, utilizando informações como "Flavinho tem cinco filhos" e "é conhecido principalmente no meio católico". Quanto à argumentação usada nessa notícia pelo próprio deputado está a questão da família e da religião, como pode ser percebido pelo trecho:

> Eu entro na política com meus valores cristãos, mas não entro na política como religioso para defender simplesmente interesses religiosos. A vida, por exemplo, não é um interesse simplesmente religioso. É uma dádiva para todos nós e as pessoas de bem, que têm coerência, vão defender a vida.
> As principais bandeiras que quero defender no congresso são vida e família. Voltando na questão da vida, é a vida na plenitude. É a vida desde a concepção até seu declínio natural, passando pelas realidades sociais que nós temos – a pessoa ter um bom trabalho, a dignidade de ter um trabalho para manter sua família, por isso ter qualidade de vida, saúde, é a plenitude.
> Não é apenas um argumento religioso, é a plenitude da vida que o governo tem a obrigação de proporcionar ao cidadão que paga seus impostos. Vou me aproximar, já tenho me aproximado daqueles que já estão no congresso, já estive conversando sobre ações que vamos ter lá, mas a ideia não é simplesmente fortalecer uma bancada religiosa. É fazer e somar força àqueles que já estão lá, defendendo o bem comum.

Podemos relacionar sua argumentação, que propõe termos como ao dizer que a vida "é uma dádiva e as pessoas de bem, que têm coerência, vão defender a vida", com um discurso já veiculado por diversas outras fontes religiosas que se mostram contra o aborto. Dessa forma, trata-se de um discurso que possui como caráter limitante o *comentário,* uma vez que quando se comenta sobre o aborto (mesmo que indiretamente), abre-se a possibilidade da criação de novos discursos acerca do tema, atualizando-lhe indefinidamente. Portanto, um comentário acerca do aborto, ou a favor da vida, transforma o aleatório do que foi dito (as questões que envolvem a defesa da família e coloca em destaque a religião) em parte constituinte do próprio discurso.

A próxima notícia coletada para análise intitula-se "Saiba as opiniões dos candidatos ao governo de PE sobre o aborto" foi uma das poucas onde se realizou uma contextualização acerca do tema "aborto" antes de introduzir falas dos candidatos. Nesse momento, usa-se muito a questão do *autor* ao fazer uso de especialistas que falam sobre o tema, como se vê na fala de Marília Montenegro professora de direito penal da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), um voz que está presente no texto por possuir determinados atributos que a identificam como alguém confiável para falar sobre determinado assunto (no caso, direito penal).

> O aborto é um dos crimes que acontece em grande quantidade mas que o Judiciário não dá conta. É como se existisse uma criminalização do aborto, mas que na prática não gerasse processos criminais. É uma falsa criminalização, porque o estado só ameaça e ainda afasta o diálogo com aquela mulher, que poderia evitar a prática do aborto. Ser a favor da descriminalização do aborto não é ser favorável à prática, é tratar como uma questão de saúde pública

A sua fala, no entanto, destaca questões e argumentos que tipificam sua posição dentro daquele assunto específico. Ao dizer que "o estado só ameaça" e "afasta o diálogo com aquela mulher" ela coloca em vista argumentações divergentes daquelas que usam os políticos contra o aborto. No entanto, tanto a ideia de afastamento do diálogo com a mulher, quanto a ideia de que pessoas de bem devem defender a vida, fazem parte de discursos distintos sobre um mesmo tema, que se chocam e, uma vez que se luta pelo próprio discurso, por estar nele e dele apoderar-se, é cabível que haja formas de controlar o novo, seja banindo-o ou assimilando-o.

No decorrer do texto, ainda se faz muito uso da questão do *autor* uma vez que é usado fala de diversas profissionais. Uma delas é a secretária da Mulher de Pernambuco, Barbara Kreuzig, que diz:

> "Não dá para ter muitas informações sobre o aborto clandestino porque eles não são notificados. Mas a estimativa é de que 800 mil mulheres fazem aborto no Brasil anualmente, o que temos uma ideia com a quantidade de curetagens feitas. Morre, aproximadamente, uma mulher a cada dois dias em decorrência do aborto ilegal no país, o que resulta perto de 200 mulheres por ano. O aborto clandestino provoca, ainda, 25% dos casos de esterilidade, sem contar as sequelas físicas e psicológicas para o resto da vida"

A outra profissional a ser questionada é a socióloga Sílvia Camurça, do Instituto SOS Corpo, no Recife que se coloca contra a criminalização do aborto ao dizer que "as políticas públicas estão sem condições de atender as mulheres e elas são obrigadas a fazer o aborto inseguro, é um risco de morte para as mulheres. A legalização é defender a vida delas"

A questão da vida, além de ser citada por diversos candidatos, é citada também por uma das fontes trazidas na notícia, da professora de fisioterapia da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) Cristiana Machado que se coloca contra a descriminalização do aborto

> A gente entende que é uma vida que está se formando a partir do momento em que o óvulo foi fecundado.[...] Quando é risco para a mãe, eu acredito que a situação é mais delicada, envolve a família para tomar junto a decisão. Quando envolve a saúde da mulher, acredito que possa ser levado em consideração esse aborto, mas eu tentaria até o último momento salvar a vida dos dois

Na continuação da notícia, há pequenos "boxes" onde se insere as opiniões dos candidatos ao governo de Pernambuco sobre o aborto. A primeira fala, do candidato Armando Monteiro, demonstra a dificuldade em se falar sobre o tema uma vez que em nenhum momento, o candidato oferece propostas reais sobre as políticas envolvendo o aborto. Ele utiliza termos como "a legislação em vigor já prevê as situações em que ele é permitido" e destaca que "o mais importante e fundamental nesse debate é tratar o aborto como um desafio de saúde pública". Ao final da fala, ele faz uma crítica à atual situação dos casos de ilegalidade, mas não prevê reformas ou mudanças finalizando com a frase "prender as mulheres não é a solução."

O segundo boxe contém a fala do candidato Jair Pedro e coloca o aborto como questão de saúde pública. No entanto, prevê formas de combater a morte da mulher que aborta. Utilizando os mesmos argumentos sobre o aborto e a questão do gênero nas classes sociais mais baixas, ele defende a descriminalização do aborto. O candidato acrescenta ainda outra política à sua fala:

> É preciso que haja políticas públicas contínuas para prevenção da gravidez. O aborto deve ser evitado com o acesso à educação sexual, distribuição gratuita de contraceptivos, incluindo a pílula do dia seguinte. Mas quando só restar o aborto como alternativa para evitar uma gravidez indesejada, as mulheres devem ter este direito garantido pelo sistema público de saúde.

O candidato Miguel Anacleto é um dos que mais deixa claro sua visão sobre o tema. Em um relato curto ele se coloca a favor do aborto destacando os motivos pelos quais as mulheres abortam, que deve ser uma questão amparada pelas políticas públicas do governo. Um desses motivos seria a questão da renda, como já citado pelo candidato anterior, que fica claro na frase "a geração de emprego e renda contribui para evitar que mulheres abortem por não verem condições econômicas de sustentarem seus filhos". Ao fim de sua fala ele ainda destaca que seu programa de governo não sustenta debates éticos ou filosóficos sobre o tema, por ver a questão apenas como saúde pública.

O próximo boxe trata das falas do candidato Pantaleão. Em um trecho curto, ele traz a tona dados sobre o aborto no trecho "Por ano, no Brasil, são cerca de 180 mil mulheres que morrem ou ficam com sequelas em decorrência de abortos feitos em clínicas clandestinas.". Esse candidato, portanto, não acrescenta novos argumentos para a notícia.

O último boxe traz as opiniões do candidato Paulo Câmara que, segundo ele, é "a favor da vida". O candidato não argumenta sobre as questões colocadas por outros candidatos como a questão da classe social e das mortes. Ele apenas se coloca como um defensor da "família, da educação de qualidade e das escolas.".

Nessa matéria nota-se portanto o enquadramento jornalístico que busca dar espaço a todos os lados da questão. Há entrevista com fontes que argumentam contra o aborto e há fontes que argumentam a favor do aborto. Nos boxes dos candidatos, há espaço igual para as opiniões e

propostas deles acerca do assunto. Nesse sentido, podemos citar Traquina (2005), ao tratar do jornalismo, apresentando a teoria interacionista que trata as notícias como o resultado de um processo que transforma os acontecimentos em produtos. Para essa teoria, o acesso ao campo jornalístico é estruturado. No entanto, as fontes de informação não possuem acesso igual ao campo, tornando evidente o jogo de poder implícito na relação entre fonte/jornalista. Essa disparidade faz com que algumas fontes tenham mais divulgação que outras. Isso permite, por exemplo, que setores da sociedade com menor capacidade de acionar o campo jornalístico tenham dificuldade de tornar seus acontecimentos uma notícia. Pode-se perceber isso quando a mulher (aquela que sofre com a legalização ou não do aborto) que precisa do aborto por questões sociais, médicas ou pessoais precisa ouvir sua voz na fala de outras pessoas. No caso da matéria, em nenhum momento se vê fala de mulheres que passaram por isso ou estão passando, mas sim de especialistas e candidatos que falam por elas e que, no sentido jornalístico, alcançam as faces do debate por si só. Dessa forma, fica clara a ideia de discurso sendo, sobretudo, o espaço em que poder e saber se articulam, porque quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente.

A última matéria que analisamos em 2014 trata-se da chamada "Eleições em números". Intitulada "Partidos e coligações não cumprem mínimo de 30% de candidatas na PB" ela aborda a questão da participação de candidatas nas eleições. A notícia começa falando que alguns partidos podem ter candidaturas a deputados estaduais indeferidas por não respeitarem a exigência legal que determina que a lista de inscritos para eleição deve ter no máximo 70% de um dos sexos. As irregularidades são explicadas na voz do o secretário judiciário do TRE-PB, Valter Félix:

> "Todos os que não estão se adequando já foram notificados, sob pena de indeferimento do Demonstrativo de Regularidade de Atividade Partidária. Ou eles diminuem o gênero que está com candidatos a mais ou aumentam o que está com candidatos a menos, mas precisam estar regulares porque o TRE pode inviabilizar todos os pedidos de registro individuais", explicou.

Nessa matéria fica claro a questão da legalidade por trás das candidaturas que podem ser indeferidas. No entanto, não há explicações sobre essa lei, os motivos do percentual baixo de mulheres como candidatas. Nesse caso, as *disciplinas* funcionam como um limitador interno

ao partir do que é requerido para criação de novos enunciados, sem se lançar ao descortino de algo no discurso que seja revelador e por isso deva ser repetido.

Durante a análise foi possível perceber que cada discurso, a seu modo, que se apresentar mais verdadeiro que o outro. As matérias se ancoram, com veemência, na suposta legitimidade tanto do sujeito que fala como do lugar onde se fala. E desse modo, a simultaneidade de exposição desses dizeres, que nos chegam através dos discursos da mídia, é fundamental para entendermos que o embate alcança o seu extremo, reduzindo o discurso à sua vontade de verdade, procedimento que se exacerba a partir da luta pela ocupação do espaço midiático.

Seguindo a teoria de Foucault, e aplicando-a especificamente ao conceito de gênero e feminismo, a mulher é tornada sujeito, não apenas no sentido de sujeitada à lei (masculina) da opressão, mas portadora de uma subjetividade feminina que a liga à condição de mulher. A dificuldade, nesses termos, está em pensar a política a partir das visões de sujeitos que atuam e se interferem diretamente por essas pautas.

5.2. Análise das notícias do período das eleições de 2018

Para continuarmos a análise que posteriormente será comparada, selecionamos mais 6 matérias do ano de 2018, mesclando entre as categorias temáticas e as categorias de procedimentos discursivos. Na tabela a seguir, mapeamos essas 6 matérias que irão ser analisadas posteriormente.

Tabela 2: Mapeamento discursivo Eleições 2018

Título da notícia	Categoria	Procedimento de Limitação	Data
Marina Silva defende atuação do governo para garantir salários iguais para homens e mulheres	Políticas Públicas	Rituais	27/08/2018
Saiba mais sobre as			

políticas para mulheres propostas por Fernando Haddad e Jair Bolsonaro	Políticas Públicas	Rituais	25/10/2018
Eleições 2018 em Campinas: socióloga diz que visão machista afeta papel da mulher na política	Entrevistas	Comentário	05/10/2018
Candidato ao Senado em MT, Procurador Mauro diz que é contra o aborto e a PEC do Teto	Posições	Comentário	26/09/2018
Marina diz que vetaria legalização do aborto caso o tema fosse aprovado pelo Congresso	Posições	Comentário	19/09/2018
Apenas um estado do país será comandado por uma mulher	Dados	Disciplina	28/10/2018

Nesse novo recorte, procuramos nos manter às mesmas categorias temáticas do anterior a fim de realizarmos uma comparação discursiva dentro dos mesmos assuntos. Apesar disso, podemos ressaltar que o número de conteúdos voltados às pautas feministas dentro das eleições em 2018 foi menor que em 2014. Enquanto em 2014 tivemos 53 postagens dentro dessa "aba", em 2018 esse número cai para 30.

Além disso, mudou-se as proporções dentro das categorias temáticas, uma vez que a maior parte das postagens (13) foram em relação às propostas de políticas públicas para as mulheres. As entrevistas com candidatos sobre esse assunto foram 5 ao todo enquanto as notícias

destacando posições ideológicas dos candidatos foram de apenas 4. Por último, a categoria "dados sobre as eleições" foram de 8 postagens no ano de 2018.

A partir disso, partimos para a análise discursiva das 6 postagens selecionadas como feito no ano de 2014. A primeira postagem intitula-se "Marina Silva defende atuação do governo para garantir salários iguais para homens e mulheres" e trata-se de uma notícia a respeito da fala da candidata à presidência Marina Silva em que ela defende a intervenção do governo para que a lei sobre salários iguais[8] para homens e mulheres seja cumprida. Na matéria há o recorte de uma fala de Marina:

> Existe uma lei, e a própria Constituição diz isso, que não se pode pagar salários diferentes para as pessoas. O homem que tem as mesmas competências que uma mulher não pode receber um salário maior pelo simples fato de ser homem. E não é uma questão de o governo dizer 'já está na lei e já está resolvido'. Está na lei e não está resolvido.

A matéria continua explicando as propostas de Marina Silva, onde um dos papéis do Ministério do Trabalho seria o de fiscalizar as empresas para corrigir esse problema. Marina traz ainda dados de que, no Brasil, se pagam salários até 30% menores para mulheres em cargos semelhantes aos de homens. Para reverter a situação ela pretende verificar quais são as empresas que podem mostrar positivamente os salários iguais e, gradativamente, fazendo com que "essa mácula desapareça do Brasil". "É fiscalizar, o Ministério do Trabalho está aí para fiscalizar e tem os meios para isso".

Apesar de serem pautas distintas, a mesma matéria trata das posições da candidata sobre o aborto que se disse contrária a qualquer mudança na legislação atual, que permite o aborto nos casos de risco de vida da mãe, de fetos anencéfalos e estupro. Marina defendeu investimentos em planejamento familiar e falou que o aborto não pode ser utilizado como um método contraceptivo. Disse ainda ser contra o aborto do ponto de vista filosófico, pessoal e religioso. No entanto, ela propõe que, caso exista um debate sobre o assunto pela sociedade, qualquer mudança na legislação deve ser feita por meio de plebiscito, porque a "opinião de 513

[8] A legislação brasileira garante a igualdade salarial entre homens e mulheres na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) desde 1943. No texto, a determinação de que salários devem ser iguais "sem distinção de sexo" aparece em pelo menos quatro artigos: no 5º, no 46, no 373-A e no 461.

deputados e 81 senadores" não pode, segundo ela, prevalecer sobre a vontade de 200 milhões de pessoas.

Nessa primeira matéria podemos notar, portanto, debates relativos à segunda fase do movimento feminista que abrangeu uma gama variada de discussões que questionava a discriminação da mulher no local de trabalho - diferença de salários, falta de promoções (*glass ceiling*); restrição de oportunidades profissionais naquelas áreas consideradas "masculinas" e assédio sexual (*sexual harassment*).

A representação das opiniões de Marina no texto se trata de um discurso feminista. No entanto, ao final, ela não deixa de lado seu discurso religioso ao dizer "ainda ser contra o aborto do ponto de vista filosófico, pessoal e religioso". É importante ressaltar que durante todo o texto não foi realizado nenhuma contextualização sobre o tema e a única fonte ouvida foi a própria Marina Silva. Dessa forma, o discurso do texto se molda em torno de alguns pontos específicos: igualdade salarial entre homens e mulheres e a questão do aborto. No primeiro ponto, Marina se mostra munida de argumentos para o debate e até propõe ações para cumprir seus objetivos. No entanto, quando fala sobre aborto Marina se utiliza de termos e argumentos vagos como "filosófico" "pessoal" e "religioso"; e coloca as ações possíveis como uma escolha da população. Nesses termos, pode-se perceber que seu discurso é construído de forma a se aproximar de um eleitorado feminino ao tratar de pautas feministas, mas em questões mais "polêmicas" ela trata de fazer uso de subjetividades sem ações práticas.

Dessa forma podemos destacar o uso de *rituais* como princípio limitador do discurso uma vez que ela propõe ações, em um primeiro momento, para alcançar determinado fim. Para isso, ela se enquadra em determinadas condições que permitem que ela entre nessa ordem discursiva pois o sujeito não entra na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências que ou se não for qualificado para fazê-lo. Exigências essas que se relacionam com o fato de ela ser uma das candidatas e, por tanto, ter um lugar de fala dentro desse discurso.

Na segunda notícia analisada, "Saiba mais sobre as políticas para mulheres propostas por Fernando Haddad e Jair Bolsonaro", as pautas feministas se colocam no ponto de vista de dois

homens candidatos a presidência. Isso acontece durante o período do segundo turno, onde os dois candidatos disputam seus discursos claramente antagônicos.

A matéria se inicia com o próprio G1 se colocando como mediador das questões envolvendo gênero no Brasil:

> O Brasil está em 90º entre os 194 países do ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial. A classificação é resultado, sobretudo, da baixa participação feminina na política e da desigualdade de renda — em 2017 elas recebiam, em média, 58% do que um homem recebia, segundo o estudo.
> Além da desigualdade, as mulheres enfrentam ainda violência pelo fato de serem mulheres. Por conta disso, o Congresso aprovou e o governo federal sancionou, em 2015, uma lei que cria a classificação de feminicídio, para elevar a pena quando um assassinato for motivado por "violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher". Em 2017, foram 946 mortes desse tipo, segundo dados do Monitor da Violência, do G1.
> O que Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), que disputam a Presidência da República no próximo domingo (28), propõem para resolver essas questões?
> O G1 buscou respostas nas declarações públicas e nos planos de governo de cada um. Confira, abaixo, o que eles propõem, na ordem em que aparecem na última pesquisa do Ibope, divulgada na terça-feira (23):

Nesses primeiros parágrafos percebe-se a questão da *disciplina* enquanto estrutura limitadora do discurso. Os dados, nesse caso, estruturam-se como um conjunto anônimo à disposição de qualquer um que possa acessá-los. Utilizando as técnicas necessárias para se compor como "verdade" os dados auxiliam na introdução do tema e instigam um "debate" criado dentro do texto do G1 com falas dos dois personagens, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro.

As falas de Jair Bolsonaro se estruturam em dois tópicos: as que falam sobre a violência contra a mulher e as que se colocam contra o aborto:

> Combater violência contra a mulher:
> Em seu plano de governo, Bolsonaro promete combater o estupro de mulheres e crianças, sem detalhar medidas específicas, e tem dito que vai endurecer a punição a quem comete crimes contra as mulheres:
> "Vamos jogar pesado na segurança. É o que melhor nós podemos fazer para as mulheres do Brasil. Como tenho vários projetos, vou endurecer a legislação para quem comete crimes contra as mulheres e evitar saidões", disse em uma postagem em 3 de outubro no Facebook.

Uma semana depois, voltou ao tema, citando um projeto de lei de sua autoria que prevê penas mais severas para "crimes passionais", independentemente do sexo.

"Como parlamentar, propus penas mais severas para crimes passionais independentemente de sexualidade. Mulheres são as maiores vítimas destes crimes, que também atingem homossexuais. Seguirei defendendo que todos somos iguais perante a lei, e que assassinos sejam punidos duramente", escreveu o candidato do PSL no Twitter em 10 de outubro.

O projeto de lei 5242, apresentado por Bolsonaro em 2013 e ainda não apreciado pela Câmara, prevê que seja considerado hediondo o crime "passional cometido por homem ou mulher motivado por qualquer sentimento, tal como amor, ciúme, ódio, emoção, vingança, inveja e paixão, decorrente de relação amorosa afetiva ou homoafetiva, ainda que sem consumação de prática sexual em virtude de ruptura da relação, traição ou qualquer outra provocação".

Em 2015, a presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou lei que inclui o feminicídio no Código Penal e eleva a pena para esse tipo de crime. Além disso, o texto o incluiu no rol de crimes hediondos, quando a pena inicial tem que ser cumprida necessariamente em regime fechado e a progressão de regime leva mais tempo.

Impedir liberação do aborto:

Bolsonaro disse que vai vetar propostas que liberem o aborto. Atualmente, a prática é permitida em 3 situações: estupro, quando há risco para a vida da mulher e quando o feto é anencéfalo.

"Repito: no que depender de mim, propostas para liberar o aborto no Brasil terão o meu veto e o dinheiro dos brasileiros não financiará ONGs que promovem esta prática", postou o candidato no Twitter em 12 de outubro.

Em atividade de campanha no dia 17 de outubro, o candidato assinou uma carta de compromisso na Arquidiocese do Rio de Janeiroreiterando sua posição contrária ao procedimento:

"Assinamos o compromisso de defesa da família, de defesa da inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário à legalização das drogas", diz o documento.

No Congresso, tramita uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa proibir o aborto em qualquer situação. Em novembro de 2017, o texto passou na primeira votação em uma comissão da Câmara. Como é uma PEC, não cabe ao presidente vetá-lo ou sancioná-lo – a promulgação, em caso de aprovação, é feita diretamente pelo Congresso.

Além disso, há uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) na qual os ministros deverão decidir se uma mulher que aborta até a 12ª semana de gravidez deve ou não ser presa. Em agosto, o Supremo realizou audiência pública para discutir a ação, com a participação de entidades contra e a favor da descriminalização do aborto.

O G1 tentou contato nesta segunda (22) e terça (23) com representantes de campanha de Bolsonaro para pedir mais detalhes

> sobre suas políticas para mulheres. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), provável ministro da Casa Civil caso Bolsonaro seja eleito, disse que os projetos específicos serão discutidos caso Bolsonaro seja eleito.
> "Está tudo no plano de governo. A questão operacional vai ser feita se ele for presidente. Lá [no plano de governo] está o compromisso maior. Como nós fizemos a campanha toda. Nós não discutimos projetos, planos e ações específicas porque a gente tem a humildade, que é correto, de saber que tem que aguardar a decisão do povo brasileiro", afirmou Lorenzoni.

No primeiro ponto defendido pelo então candidato destacam-se os pontos: combate ao estupro, combate à violência e combate aos crimes passionais. Para isso ele propõe algumas ações como endurecer a legislação para quem comete crimes contra as mulheres e penas mais severas para crimes passionais. Quando fala sobre estupro o próprio G1 se coloca no texto ao ressaltar que Bolsonaro não detalha medidas específicas sobre o assunto.

No segundo ponto Bolsonaro se coloca contra a prática do aborto. Para isso, propõe ações de proibir o aborto em qualquer situação. Nesse ponto, não há argumentação alguma para o caso, apenas as falas de Bolsonaro com suas opiniões em defesa "da família, de defesa da inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário à legalização das drogas". Percebe-se, nesse ponto, a falta de informações sobre as propostas de Bolsonaro sobre o tema pois o G1 se coloca mais uma vez no texto como um mediador em busca de detalhes sobre sua política para mulheres, onde não obteve respostas claras e objetivas.

No segundo ponto, o texto dá destaque para as falas de Fernando Haddad sobre suas políticas para as mulheres. O texto, nesse ponto se divide em 5 tópicos diferentes: Combater a violência contra a mulher, Criar Ministério de Políticas para as Mulheres, Aumentar nº de mulheres nos três poderes, Criar vagas em creches e ampliar seguro-desemprego para grávidas e mães que estão amamentando, Promover isonomia salarial e incentivar produção de ciência e tecnologia.

No tópico de combate à violência contra a mulher, é recortado um trecho da fala de Haddad:

> Serão retomadas e consolidadas as políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma para o enfrentamento a todas as formas de

> violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Brasileira, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha

Outra política pretendida por Haddad é a criação do Ministério de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de "dar visibilidade" à pauta feminina. Em outro tópico ele promete aumentar a presença de mulheres e negros na equipe de ministros e também nos poderes Legislativo e Judiciário, assim como no Ministério Público.

Nesse ponto, o G1 se posiciona novamente ao dizer que falta detalhamento dessas propostas uma vez que "não se comprometeu com um número mínimo de mulheres na composição de um eventual governo e tampouco detalhou quais medidas vai adotar para elevar a participação feminina no Judiciário". Esse tópico levantou ainda outras questões que são trazidas fora das falas de Haddad, a respeito do número de mulheres eleitas para a câmara dos deputados.

No próximo tópico, é colocado em pauta O plano de governo de Haddad, que prevê apoiar os municípios para ampliação das vagas em creches. Novamente o G1 se posiciona ao dizer que ele "não detalha metas a serem cumpridas". Esse tópico também abre espaço para o levantamento de outras questões onde o G1 traz a tona que, "de acordo com dados do IBGE, um terço das crianças de até 3 anos mais pobres do Brasil está fora da creche por falta de vagas".

O texto diz ainda que o plano de governo prevê políticas que "promovam a autonomia econômica das mulheres, a igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres". Novamente, o há uma crítica do G1 sobre não dizer quais "medidas específicas seriam adotadas para cumprir a promessa ou qual a perspectiva de prazo para solucionar a diferença entre salários".

Nessa notícia percebe-se uma gama variada de pautas feministas sendo discutidas: violência contra a mulher, aborto, mulheres na política, isonomia salarial, entre outras. Pautas que começaram a tomar forma ainda durante a segunda onda do feminismo. Confrontando as

ideias dos dois candidatos, o G1 se transforma em um ambiente de disputas discursivas. Há a busca para dar o mesmo espaço de fala para os dois candidatos. No entanto, a falta de conteúdo sobre o assunto nas políticas de Jair Bolsonaro dificultam essa busca.

O texto da mídia, como qualquer outro, é afetado por fatores sociais, pela história, pelos estereótipos e os jornalistas são interpelados enquanto sujeitos e interagem com todas essas forças discursivas. Assim, o significado não é intrínseco ao texto e o sujeito deixa marcas de sua presença na produção de um enunciado. Podemos perceber essas marcas quando há a intercalação de dados e comentários no decorrer das notícias.

Nesse caso, tanto os candidatos à presidência quanto o próprio G1 produzem discursos que são limitados pelos *rituais*, uma vez que todos estão naquele lugar de fala por atenderem a determinadas condições para entrar na ordem discursiva. O jornalismo, materializado no site G1, por ser um mediador das informações que estão no decorrer do texto e os candidatos por estarem na posição de possíveis atores na construção das novas políticas para as mulheres.

A próxima matéria da análise se trata de uma entrevista intitulada "Eleições 2018 em Campinas: socióloga diz que visão machista afeta papel da mulher na política". No texto, vemos outras pautas feministas que articulam com as pautas políticas: o machismo e a representação política das mulheres. A visão relatada pela socióloga Stela Cristina de Godoi constrói o discurso a respeito do papel da mulher na política relacionando-os com pautas que se ligam às correntes do pensamento feminista, que admitem a existência de uma subordinação feminina e questionam o caráter natural dessa subordinação. Essas correntes sustentam que a causa da subordinação é a maneira como a mulher é construída socialmente. Dessa forma, tudo que é construído pode ser desconstruído. Alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado.

Todo o texto está na fala da própria socióloga que coloca sua visão sobre alguns pontos como a representatividade feminina, o machismo, a necessidade da participação dos jovens durante as eleições e a educação. Ao *comentar* sobre os assuntos, a socióloga abre a possibilidade de criação de novos discursos sobre o tema, de forma a atualizá-lo de forma indefinida.

Na quarta notícia analisada, o tema aborto é colocado junto com outros temas de políticas públicas. Apesar de o tema em si só ser tratado em um parágrafo do texto, ele aparece logo na manchete “Candidato ao Senado em MT, Procurador Mauro diz que é contra o aborto e a PEC do Teto”. No parágrafo em que ele fala sobre aborto ele diz ser:

> Absolutamente contra. Sou contra a legalização do aborto, contra a legalização das drogas. São assuntos que devem ser discutidos pela população amplamente. Temos que caminhar no Brasil, para uma democratização das decisões. É um assunto que divide muito o país. Precisamos avançar através de consultas populares, como é o caso do desarmamento. Em 2005, uma ampla parte de imprensa, artistas defendiam a proibição da comercialização das armas. A população foi consultada e não concordou com essa ideia. Na verdade, o melhor caminho é a democratização, ouvir a população sobre esses assuntos. A população sendo ouvida, dá sua opinião e daí a classe política e o restante da população deve obedecer

Nesse trecho, o candidato deixa clara sua posição a respeito do aborto e sua argumentação se apoia na democratização das decisões. Usando o exemplo da proibição da comercialização de armas onde, segundo, ele a maior parte do país seria contra. Dessa forma, sua argumentação se baseia no fato de que se a maior parte da população é a favor do armamento seria também contra o aborto.

Na próxima notícia, novamente a candidata Marina Silva é a protagonista. Intitulada “Marina diz que vetaria legalização do aborto caso o tema fosse aprovado pelo Congresso” a matéria traz falas da candidata sobre a questão:

> A candidata da Rede à Presidência da República, Marina Silva, disse nesta quarta-feira (19) que vetaria a legalização do aborto caso o tema fosse aprovado pelo Congresso. Ela foi questionada sobre o assunto em uma entrevista organizada pela revista "Veja".
> Hoje, o aborto não é considerado crime em três hipóteses: se a gravidez for ocasionada por estupro; se o feto for anencéfalo; se houver risco à vida da mãe.
> Marina disse que, para aumentar as possibilidades de legalização, deveria ser feito uma consulta à população por meio de um plebiscito.
> "Se o Congresso decidir [legalizar o aborto], eu vetaria", disse a candidata, após ser questionada pela entrevistadora se vetaria uma eventual legalização do aborto aprovada por parlamentares.
> "Se for para ampliar para além disso [as hipóteses de aborto legal], que seja por um plebiscito. Que 513 deputados e 81 senadores não substituam 200 milhões de brasilieros".

Nesse ponto, o aborto foi tratado pela candidata da mesma forma que o candidato Mauro, como sendo uma questão de votação com a população. No entanto, ela deixa claro que se a questão precisasse de seu aval ela não teria. É importante notar que não houveram argumentos durante sua fala ou qualquer tipo de proposta sobre políticas públicas ou sobre o aborto como uma questão de saúde. Sua fala, contendo apenas sua opinião sobre o assunto se torna relevante na medida em que ela está em uma posição onde deve trazer novas perspectivas (ou não) para o discurso. Dessa forma, se torna um *comentário* na medida em que abre a possibilidade de criação de novos discursos a partir da ideia proposta.

A última notícia analisada trata da aba "Eleições em Números" e traz a manchete: "Apenas um estado do país será comandado por uma mulher". A notícia destaca o fato de que, dos 27 estados, apenas o Rio Grande do Norte elegeu uma mulher como governadora:

> No total, 30 mulheres se candidataram para o cargo de governador. Entre as 27 unidades da federação, 8 não tiveram nenhuma candidata: Alagoas, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia. Os estados com mais mulheres candidatas foram Pernambuco e Piauí, com 3 cada um.
> Com a vitória de Fátima Bezerra, as eleições de 2018 terminaram com o mesmo nível de representatividade para o governo de estado que o pleito de 2014. Há quatro anos, apenas uma mulher foi eleita para o cargo de governador: Suely Campos (PP), em Roraima.
> Entre 1993 e 2010, o Brasil teve pelo menos uma mulher eleita em algum estado. O ano com mais eleitas foi 2006, com Yeda Crusius (PSDB) no Rio Grande do Sul, Ana Júlia (PT) no Pará e Wilma de Faria (PSB) no Rio Grande do Norte.

Aproveitando a deixa inicial, a notícia continua mostrando a representatividade em outros campos políticos. Entre o senado, por exemplo, foram sete mulheres eleitas, mesmo número do ano passado. Já na Câmara, houve um aumento de 51% no número de mulheres eleitas em relação a 2014. O número passou de 51 para 77 deputadas neste ano. Considerando os deputados estaduais, as mulheres são 15% dos eleitos. Foram 161 deputadas, um aumento de 35% em relação a 2014.

Utilizando-se dos dados como aporte para alcançar a objetividade jornalística, utilizando como estrutura limitante a *disciplina.* Nesse caso, fazendo uso desse limitador, os dados

estruturam-se de forma anônima à disposição de qualquer um que possa acessá-los e partem do que é requerido para criação de novos enunciados.

A partir desses número, o texto finaliza com uma crítica ao desenvolvimento da representatividade feminina na política:

> Mesmo com a melhora na representatividade feminina no legislativo, a proporção de mulheres na política de uma forma geral segue abaixo do encontrado na população brasileira. No país, a cada 10 pessoas, 5 são do sexo feminino.

Com a análise acima, fica claro como o tema do corpo feminino e sua autonomia é central e polêmico. Uma vez que hora se fala de um corpo matável, punível, pelo feminicídio ora se fala de um corpo que deve ser regulado e vigiado, quando não, punido, nas discussões sobre o aborto.

5.3. *Reflexões finais, resultados parciais*

Com a análise das postagens e da frequência das mesmas, fica claro que os termos "feminismo" e "aborto" encontraram mais resultados no ano de 2018 do que no ano de 2014. Podemos relacionar esse aumento com o crescimento de conteúdos relacionados à essas temáticas, como blogs, redes sociais, sites. Por se tratar de um site nascido em ambiente digital, o G1 se insere em um cenário onde o ciberfeminismo encontra espaço para crescer e divulgar suas ideias.

É bastante comum encontrarmos em diferentes páginas na internet e nas redes sociais as mesmas frases e textos, publicadas por diferentes grupos e em diferentes línguas. O foco na denúncia da violência simbólica e física sofrida pelas mulheres também se concretizou em diferentes produções que buscaram ressignificar o corpo e as relações de desigualdade existentes em variadas produções sociais. Nesse sentido, o jornalismo não poderia ficar de fora e busca, em certa medida, recorrer à essas temáticas para se manter atualizado e encontrar um público também entre as pessoas que consomem um jornalismo mais especializado.

Jornalismo esse que ganhou grande destaque com a formulação e exibição de conteúdos voltado, por exemplo, às hastags que inundaram a rede em 2015, como #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio. Esse conteúdo teve início com um blog feminista, o Think Olga, que

gerou debates sobre pedofilia e cultura do estupro, deu origem a hashtag #MeuPrimeiroAssedio, convidando mulheres a relatarem os assédios sofridos em sua infância, puberdade e idade adulta. No mês seguinte, em novembro, próximo ao Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher (25/11), a hashtag #meuamigosecreto passou a circular pelas redes. Através das dinâmicas da tradicional brincadeira de final de ano do amigo secreto, mulheres fizeram desabafos relacionados a atitudes que as fazem se sentir oprimidas. As formas de uso e espalhamento da hashtag, contudo, foram se modificando, de um caráter de denúncia espirituosa, para indiretas, uso de humor, que foram utilizados por outros atores como argumento para deslegitimar e subverter o movimento

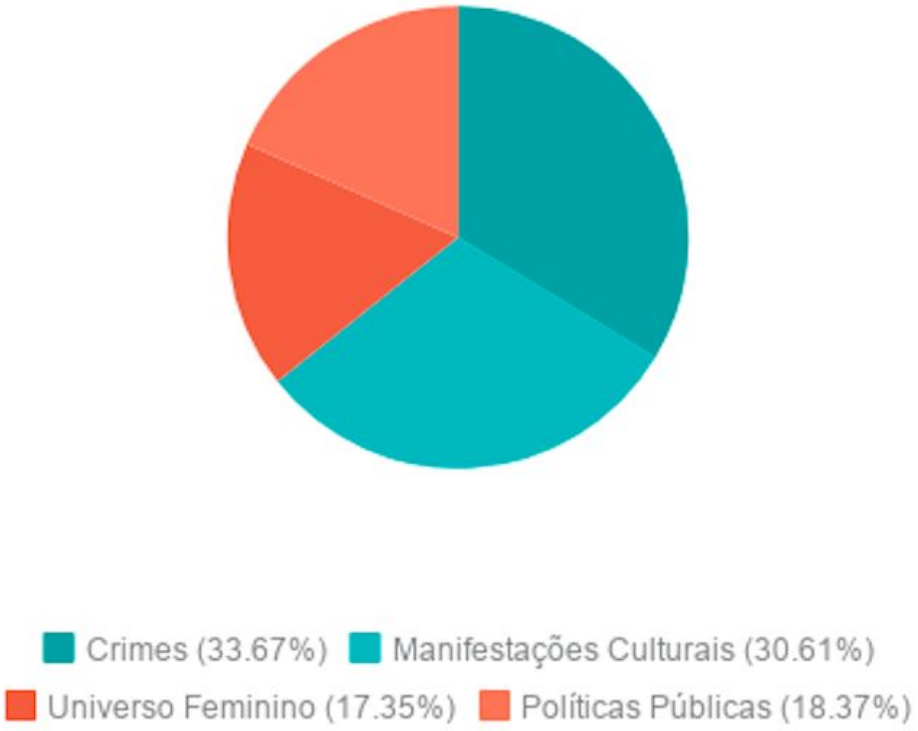
No entanto, a partir do mapeamento dos assuntos no site fica claro que no ano de 2014 mais pautas feministas foram levadas à aba "Eleições" do que no ano de 2018. No ano de 2014 foram 53 postagens e no ano de 2018 foram 30 postagens. Portanto, apesar de o período eleitoral de 2018 contar com mais matérias remetendo à temáticas feministas, foi durante as eleições de 2014 que esses temas foram citados com mais frequência dentro do cenário político. Dessa forma, mesmo que os feminismos enquanto movimento social que trabalha em torno de pautas políticas estejam tomando forma em outros aspectos de conteúdos, como blogs, redes sociais e sites especializados, pouco se vê desse conteúdo na cobertura eleitoral.

A partir da categorização dessas reportagens que foram parar na aba "Eleições" pudemos perceber que a maior parte das matérias eram a respeito de políticas públicas voltadas às mulheres e o termo "aborto" era, muitas vezes, usado como artifício para destacar o termo em uma entrevista que pouco se discutia realmente sobre o tema. O jornalismo do G1, em muitos casos, serviu como um mediador para trazer a tona a proposta dos candidatos para o público, demonstrando a importância da re-criação da categoria mulher como uma categoria intrinsecamente política.

O restante das matérias coletadas que não foram analisadas na categoria "Eleições" acabaram por nos fornecer informações sobre o contexto geral daquele período. Podemos perceber, analisando o restante das matérias, que, no período das eleições de 2018, as pautas feministas estiveram em 270 matérias, onde 91 delas eram a respeito de crimes (assédio sexual, estupro, aborto); 81 delas eram a respeito de manifestações culturais envolvendo as pautas feministas

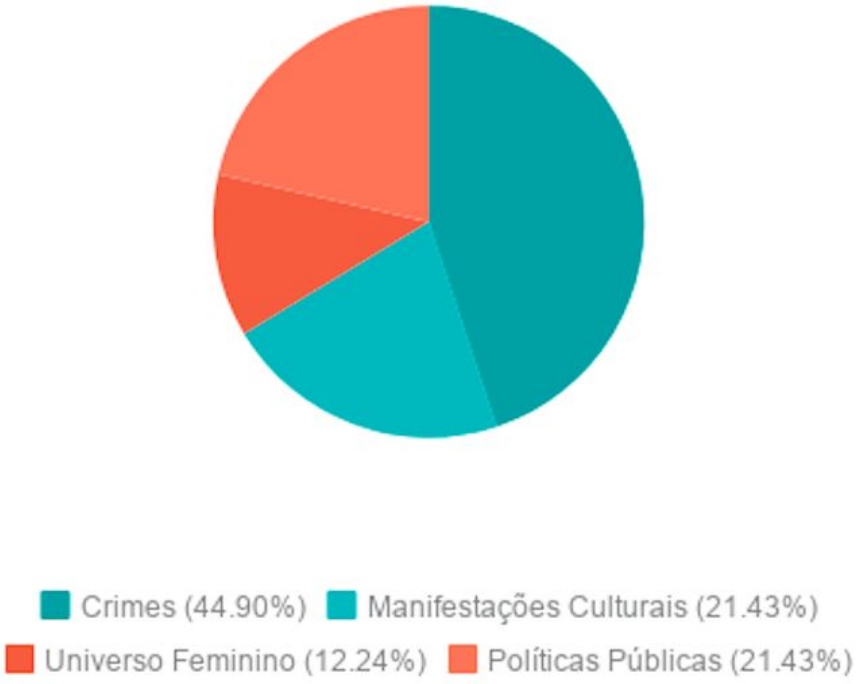
(livros, peças de teatro, manifestações políticas artísticas); 47 delas eram a respeito de assuntos relacionados ao universo feminino (saúde, empoderamento, empreendedorismo); e 51 delas eram relacionadas à políticas públicas (violência feminina, estupro, aborto, delegacias da mulher, etc). Dessa forma, no ano de 2018, a quantidade de postagens se dividiu da seguinte maneira:

Imagem 1: divisão por assunto das postagens de 2018



Já no período das eleições de 2014, as pautas feministas estiveram em 208 matérias, onde 93 delas eram a respeito de crimes (assédio sexual, estupro, aborto); 45 delas eram a respeito de manifestações culturais envolvendo as pautas feministas (livros, peças de teatro, manifestações políticas artísticas); 25 delas eram a respeito de assuntos relacionados ao universo feminino (saúde, empoderamento, empreendedorismo); e 45 delas eram relacionadas à políticas públicas (violência feminina, estupro, aborto, delegacias da mulher, etc). Dessa forma, no ano de 2018, a quantidade de postagens se dividiu da seguinte maneira:

Imagem 2: divisão por assunto das postagens de 2014



Pudemos perceber, com a análise dessas postagens, o modo como o G1 consegue relacionar seu conteúdo jornalístico de forma a criar um recorte a respeito das pautas feministas relacionando-o com questões macrossociais relacionadas às pautas históricas feministas. Dessa forma, sem fazer uso de uma parcialidade clara, as postagens, segundo nossas análises, demonstram que as pautas históricas feministas foram se modificando de forma reativa às transformações política, sociais e culturais pelas quais o país vem passando nas últimas três décadas. Dessa forma, é dada ao campo do jornalismo, materializado aqui no portal de notícias G1, a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo, tarefa que lhe é concedida tanto porque detém a tecnologia, como também porque outras instituições produtoras de saber conferem aos que proferem os discursos da mídia o direito da fala. A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante.

Dessa forma, configura-se, no campo midiático a ideia de que a verdade está antes no que o discurso diz, no seu enunciado, nunca, porém no que ele faz ou mesmo no que ele é. Nesse aspecto, o jornalismo, se torna um exemplo de como quem fala e de onde fala são critérios absolutamente relevantes e definidores do que é ou deixa de ser verdade. Nesse sentido, o público crê ou finge crer na ideia de que a verdade ali está, seja porque o lugar de representação do acontecimento é institucionalmente legitimado ou porque aquele que profere o discurso, na figura empírica do sujeito que fala, tem credibilidade; mesmo que às vezes o público possa duvidar, por razões quase sempre de natureza ideológica. Nesse sentido, acompanhando a reflexão de Foucault, questionar e problematizar a vontade de verdade se torna essencial.

Segundo Richard Miskolci (2017), a reação contra a ideologia de gênero de algum grupo específico dissemina interesses de grupos que possuem objetivos diversos daquele discurso interiorizado de família tradicional, moral e bons costumes. É importante notar que há uma distinção entre aqueles que apenas reagem com pânico daqueles que criaram as ideias que o alimenta. Nesse caso, a ideia da ideologia de gênero se torna um referente compartilhado, independente de diagnósticos diversos e dos motivos pelos quais ela deve ser combatida.

Isso se demonstra ao passo em que as pautas feministas, desde 1960 com o feminismo de segunda onda, quis levar o pessoal para o político. Essa onda identificava o problema da desigualdade entre os gêneros como a união de problemas culturais e políticos, encorajando, dessa forma, as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. O G1 se torna, então, um palco onde se disputam espaços onde as pautas conservadoras se opõe àquelas trazidas pelo feminismo. Nessa disputa discursiva temos, por um lado, as pautas feministas que envolvem a sexualidade, o gênero e a família em um nível mais amplo de mudança social e política. E, de outro, temos as pautas conservadoras, interferindo na vida particular ao regularizar as sexualidades e os papéis de gênero dentro da família. Como pudemos ver dentro da análise do Portal de notícias G1, há uma clara relação entre os conteúdo de cunho noticiosos, presentes nas mais diversas editorias (cultura, saúde, manifestações artísticas), com o contexto político no qual esse conteúdo se insere.

O discurso jornalístico, ao definir seus materiais, suas fontes, sua escolha de palavras, relacionam-se com outras práticas que permitem a emergência de um crivo de seleção como pertinente para demonstrar uma determinada realidade da qual se fala. É um mundo filtrado, que destacam acontecimentos que foram julgados relevantes para aqueles que produziram a informação. No entanto, para que isso ocorra, é necessária a inserção do sujeito nos discursos que constituem o mundo em que vivemos, trazendo para a arena social disputas, imposições pelo que é entendido como válido ou sem conteúdo de verdade.

Durante a realização deste trabalho, fica clara a organização dos movimentos feministas, que não contam com uma definição unitária, uma vez que se trata de um movimento complexo, diversificado, com diversas raízes, construído no cotidiano e não tem um ponto de chegada determinado previamente. Além disso, também identificamos algumas frentes de luta do feminismo, que mudaram de acordo com o momento histórico vivido e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais dos países nos quais está inserido. No entanto, essa revolução dos feminismos permite que outros discursos apareçam e sejam levados à sério.

Ao fim do percurso teórico, bem como das análises acerca da temática, percebemos o desafio de se construir um jornalismo que se preocupa em produzir textos que tenham clareza sobre as questões de gênero, que não reproduzam preconceitos, e que tragam a tona debates sobre as violências contra as mulheres. Vivemos um momento histórico, embalado pelas novas tecnologias de informação, de efervescência dos movimentos sociais (incluindo os feminismos), que questionam paradigmas, que apresentam suas pautas, que geram discussões a respeito de suas causas e lutas e que produzem conteúdos voltados à esse debate (vide o jornalismo dos coletivos feministas). Nesse sentido, é preciso construir um jornalismo que atue junto na luta pelas minorias e que use a influência que ainda exerce sobre os cidadãos para levantar questões que durante séculos foram apagadas dos discursos da sociedade, como a cultura do estupro, violência contra a mulher, machismo, para que sejam fortemente combatidos e que conduzam a mudanças no curso da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

APPADURAI, Arjun. Aqui e agora. In: **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

BAÑÓN, Sonia Reverter. **Ciberfeminismo de virtual a político**. Revista Teknocultura,vol. 10, nº2, 2013, pp.451-461.

Berrocal Gonzalo, S., Campos Domínguez, E. & Redondo García, M. (2012). **Comunicación política en internet**: la tendencia al "infoentretenimiento" político en Youtube. Estudios sobre el Mensaje Periodístico, 18(2), 643-659.

BOIX, Montserrat; MIGUEL, Ana de. **Os gêneros da rede**: os ciberfeminismos. In: NATANSHON, Graciela. Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BRITO, Milena. **Primavera Feminista**: A Internet e as Manifestações de Mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa brasileira. SP: Loyola, 1981.

BUTLER, J.; *Problemas de Gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, **2003**.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes**: O feminismo e a questão do "Pósmodernismo. Cadernos Pagu. Vol. 11, 1998. Disponível em:

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

Cardoso, Gustavo e Cláudia Lamy (2011), "**Redes Sociais**: Comunicação e Mudança", JANUS.NET e-journal of Internacional Relations.

Castells, Manuel (2001), **La Galaxia Internet**, Madrid, Areté

Castells, Manuel e Gustavo Cardoso (2005). **A Sociedade em Rede**: do Conhecimento à Acção Política, Belém, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

CHAMBERS, Deborah, STEINER, Linda, FLEMING, Carole. **Women and Journalism**. New York: Rutledge, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COSTA, Claudia de Lima. **O tráfico do gênero**, in: Cadernos PAGU, 11, 1998, p. 134.

Esteves, J. P. (2005). **O espaço público e os média**. Sobre a comunicação entre normatividade e facticidade. Lisboa: Edições Colibri.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Unb, 2001.

Ferreira, Carolina (2015), "**Feminismos Web**: Linhas de Ação e Maneiras de Atuação no Debate Feminista Contemporâneo", cadernos pagu, 44 jan/jun

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FRANÇA, Vera Veiga; GUIMARÃES, César. **Experimentando as narrativas no cotidiano**. In: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano.Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.89-108.

FRANÇA, Vera Veiga. **O objeto da comunicação**: A comunicação como objeto. In: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. (Orgs). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39-60.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HACKETT, Robert A. **Declínio de um paradigma?** A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. IN: Traquina, Nelson. Jornalismo: Questões, teorias e "estórias", Lisboa: Vega, 1999.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias**: o mugging nos media [p.224-247]. In: TRAQUINA, Nelson (Org). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa: Veja, 1999.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, and women**. The reinvention of nature. Routledge, New York, 1991.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul. 2. ed. - São Paulo: EDUSP, 2002.

Lemos, Marina (2009), **Ciberfeminismo**: Novos Discursos do Feminino em Redes Eletrônicas, Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. São Paulo, PUC-SP.

LIMA, Venício A. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. In: Revista, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

Lippmann, W. (2010). **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes.

MARTINEZ, Monica et al. **Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil**: uma tênue relação. Revista Famecos - Midia, Cultura e Tecnologia, v. 23, n.2, Porto Alegre: PUCRS, 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Falta homem até pra homem**: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático [pp. 131-157]. In: HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (Org.). Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

McCombs, M. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010

McCombs, M. & Shaw, D. **The agenda-setting function of mass media**. Public Opinion Quartely, 36, 176-187, 1972

Miguel, Ana de e Montserrt Boix. **Os gêneros da rede**: os ciberfeminismos, Em Graciela Natansohn (org.), Internet em código feminino: teorias e práticas, Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2015

Miguel, Luis Felipe., Biroli, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo. Boi Tempo Editorial, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Dissipando fantasmas**: a política do medo da "ideologia de gênero". Palestra realizada durante o seminário Quem tem Medo de Judith Butler. São Paulo. 2017.

MOUFFE, Chantal: **Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics**. In BUTLER, Judith e SCOTT, Joan ed: Feminists Theorize the Political. Routledge, 1992

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX**. Revista Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A primavera feminista**. Vozes de luta da emancipação feminina no Brasil e Uruguai. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 26, n. 2, e57191, 2018.

NATANSHON, Graciela. **O que tem haver as tecnologias digitais com gênero?** In: NATANSHON, Graciela. (org.) Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas. Buenos Aires, La Crujía Ediciones, 2013, pp.15-38.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero**. Revista de Estudos Feministas, vol. 8, n°2/2000, pp. 9-43.

OLIVEIRA, Bárbara N; SILVA, Franciele J. G. **Feminismo nas Mídias Sociais**: Atualidades e Potencialidades. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 27 a 29 de abril de 2016.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1993.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira. **Feminismo ideal e sadio**: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas, Vitória/ES (1924 a 1934). 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: TRAQUINA. Nelson. jornalismo: questões, teorias e "estórias". 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women**. Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) Toward an Anthropology of Women. New York, Monthly Review Press, 1975.

SAQUET, Marco Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHMIDT, T. **Refutações ao feminismo**: (des)compassos da cultura letrada brasileira [p. 765- 799]. Revista Estudos Feministas, v.14, n.3, Florianópolis: UFSC, 2006.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica** [p. 71–99]. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

SHAPIRO, Judith. **Anthropology and the study of gender.** IN: Soundings, an interdisciplinary journal. 64, n. 4: 446-65, 1981.

SILVA, Marco. **O que é interatividade?** 1998. Disponível em . Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, 1998. Acesso em 12 de Maio de 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TUCHMAN, G. **A objectividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas [p. 74 a 90]. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1999.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VIHMA, Susann. **On design semiotics**. 2010. Disponível em: http://www.mei-info.com/wpcontent/uploads/2014/02/MEI_3031_13.pdf. Acesso em: 30/04/2019.

ZAFRA, Remedios. **Arte, Feminismo y Tecnologia**. Reflexión sobre formas criativas y formas de domesticación. Quaderns de Psicologia,vol.16, n.1, 2014